

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CARLOS ERNESTO VELOSO CASTRO

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DESTERRO:**  
uma análise do Ensaio sobre a salubridade, estatísticas e pathologia da Ilha de  
Santa Catharina e em particular da cidade de Desterro (1864)

FLORIANÓPOLIS  
2022

Carlos Ernesto Veloso Castro

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DESTERRO:**

uma análise do Ensaio sobre a salubridade, estatísticas e pathologia da Ilha de Santa Catharina e em particular da cidade de Desterro (1864)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Bacharelado em História, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Beatriz Mamigonian.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Castro, Carlos Ernesto Veloso  
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DESTERRO : uma análise do  
Ensaio sobre a salubridade, estatísticas e pathologia da  
Ilha de Santa Catharina e em particular da cidade de  
Desterro (1864) / Carlos Ernesto Veloso Castro ;  
orientador, Beatriz Gallotti Mamigonian, 2022.  
98 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, , Programa de Pós-Graduação em , Florianópolis,  
2022.

Inclui referências.

1. . 2. Produção científica. 3. Discurso higienista. 4.  
Reforma urbana. 5. Desterro do século XIX. I. Mamigonian,  
Beatriz Gallotti. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em . III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às dezesseis horas, por videoconferência, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pela Professora Renata Palandri Sigolo, Titular da Banca, e pelo Professor Diego Nones Bissigo, Suplente, designados pela Portaria nº 08/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Carlos Ernesto Veloso Castro**, subordinado ao título: **“Produção científica em Desterro: Uma análise do ‘Ensaio sobre a salubridade, estatísticas e pathologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade de Desterro’ (1864)”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, a nota final 9,0, da Professora Renata Palandri Sigolo, a nota final 9,0, e do Professor Diego Nones Bissigo, a nota final 9,0, sendo aprovado com a nota final 9,0 (nove). O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e três de março de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo(a) candidato(a).

Florianópolis, 16 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.a Beatriz Gallotti Mamigonian



Documento assinado digitalmente  
Beatriz Gallotti Mamigonian  
Data: 16/03/2022 18:21:45-0300  
CPF: 849.998.109-72  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Renata Palandri Sigolo



Documento assinado digitalmente  
Renata Palandri Sigolo  
Data: 16/03/2022 18:30:02-0300  
CPF: 659.543.199-87  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Diego Nones Bissigo



Documento assinado digitalmente  
DIEGO NONES BISSIGO  
Data: 16/03/2022 18:53:52-0300  
CPF: 061.110.869-01  
Verifique as assinaturas em <https://v.ifsc.edu.br>

Candidato Carlos Ernesto Veloso Castro



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Carlos Ernesto Veloso Castro, matrícula n.º 14104472, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Produção científica em Desterro: Uma análise do "Ensaio sobre a salubridade, estatísticas e pathologia da Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade de Desterro" (1864)**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 22 de março de 2022.

---

Orientador(a)

## AGRADECIMENTOS

Os anos da graduação foram longos e intensos, e mesmo que hoje sinta que ela já está no meu passado, retorno aqui para concluir esse ciclo que foi tão prazeroso na minha vida. Fase de aprendizado que me fez mais consciente das minhas atitudes e do meu lugar como sujeito, por isso creio necessário fazer alguns agradecimentos a aqueles que estiveram comigo nesse processo.

De início, agradeço aqueles que estiveram comigo desde o começo: minha mãe, Terezinha, mulher forte que esteve do meu lado com amor e com apoio material; e o meu pai, Esteban, que me incentivou com o gosto pelo estudo e principalmente pela história. Agradeço também o meu amigo Eduardo que de forma indireta me apresentou a UFSC, e a colocou como uma possibilidade em uma fase em que panelas e facas faziam mais sentido do que livros e arquivos.

Se a minha família é pequena, só com pai e mãe, tenho que agradecer a escola pública, que me deu três irmãos, Maicon, Matheus e Pedro, que para além do laço de amizade que temos há quase duas décadas, agora tenho um compromisso com eles e com o nosso afilhado Bernardo.

Já na graduação na UFSC fiz amigas, Aline, Aline, Amanda, Andressa, Lara e Rafaela, que pelas condições da vida já não estão tão próximas, mas que me acompanharam nas aulas, trabalhos, estudos e festas. Agradeço também outras mulheres que a distância provou que não vão tão cedo, Carol, Heloisa, Maiara e Raquel.

A UFSC me proporcionou professores incríveis, e no departamento de história lembro com carinho das aulas dos professores Adriano, Aline, Beatriz e Fernando. Também não vou esquecer da professora Mônica, que me acompanhou no PIBID História, programa pelo qual tenho muito respeito e prazer em dizer que construí, junto com a Larissa, Paola, Talita, Adriano, e os professores da rede municipal Marcos, Tobal e Marcelo.

Ainda na UFSC, tenho boas memórias do movimento estudantil, que fiz questão de construir desde a minha chegada, que me proporcionou viagens de muita luta pelo Brasil, em um momento em que ocupar as ruas parecia mais eficaz. Não posso esquecer dos colegas e amigos de militância, que são muitos e volta e meia os encontro nas ruas e nos bares.

Mesmo estando tanto tempo na faculdade, parte desse tempo passei trabalhando, e nessa vida de rotina, também fiz amigos que fazem com que o meu tempo não seja só de exploração, mas também de aprendizado, de alegria e de projetos para o futuro, por isso agradeço aos meus companheiros, Alexandre, Debora, Eurides, Michele, Manuela e Marion.

A pandemia que se iniciou em 2020 e pediu para que a gente se afastasse um pouco um dos outros, por ironia fez me aproximar de algumas pessoas que hoje fazem parte do meu cotidiano, sem as quais agora não me vejo fazendo planos e que dentre todos os amigos que mencionei aqui, foram os que mais estiveram me incentivando para que concluísse a graduação, por isso faço questão de agradecer meus amigos: Daniel, Felix, Henrique, João, Lais, Luiza, Natalia, Pedro, Rodrigo, Sabrina e Sérgio.

Agradeço, também, a Amanda e o Nicolas, que me ajudaram neste trabalho final, lendo o que escrevi e fazendo sugestões. Por fim, agradeço a minha psicanalista Clarissa que me acompanhou em quase toda essa jornada acadêmica, que com uma escuta amorosa me fez desenvolver um desejo pela psicanálise, que me apresentou a Maiêutica, prática que hoje, vejo como um lugar.

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo entender como o saber científico começou a ganhar relevância perante as outras modalidades de saberes, ganhando o status de verdade e sendo inserido no discurso higienista que buscava reorganizar o espaço urbano de Desterro na segunda metade do século XIX. Como fio condutor dessa discussão, utilizei o Ensaio sobre a salubridade, estatísticas e pathologia da Ilha de Santa Catharina e em particular da cidade de Desterro, trabalho publicado em 1864, que alerta sobre as condições de higiene da capital. Ribeiro de Almeida, autor do relatório, relacionou a alta taxa de mortalidade com a falta de gestão da vida, retratando a imagem de uma cidade civilizada estimada pelas elites letradas da época, criando um cenário que buscava legitimar a ação do estado como órgão regulador, mas agora munido de um outro discurso.

**Palavras-chave:** Produção científica. Discurso higienista. Reforma urbana. Desterro do século XIX.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo el conocimiento científico comenzó a ganar relevancia frente a otros tipos de conocimiento, adquiriendo el estatus de verdad e insertándose en el discurso higienista que buscaba reorganizar la ciudad de Desterro en la segunda mitad del siglo XIX. Como un hilo para esta discusión, utilicé el Ensayo sobre la salubridad, estadística y patología de Ilha de Santa Catharina y en particular la ciudad de Desterro, obra publicada en 1864, que advierte sobre las condiciones higiénicas de la capital. Ribeiro de Almeida, autor del informe, vinculó la alta tasa de mortalidad con la falta de gestión de la vida, retratando la imagen de una ciudad civilizada estimada por las élites alfabetizadas de tiempo, creando un escenario que buscaba legitimar la acción del Estado como regulador, pero ahora dotado de otro discurso.

**Palabras clave:** Produção científica. Discurso higienista. Reforma urbana. Desterro do século XIX.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

### **CAPÍTULO 1 .....07**

#### **1.1 Foucault e a Governamentalidade**

a) Foucault e a historiografia .....12

b) Governamentalidade .....18

#### **1.2 História da saúde na ilha**

a) Desterro: Ocupação e população .....24

b) Questões de saúde na ilha: conhecimento científico, população e intervenções no espaço urbano .....29

### **CAPÍTULO 2 .....39**

#### **2.1- Ao redor do Ensaio sobre a salubridade**

#### **2.2 O ensaio**

a) Categorias de análise da salubridade em Desterro .....53

b) Estatísticas .....65

c) Bibliografia e referências europeias no ensaio .....75

### **CONCLUSÃO .....82**

### **ESTATÍSTICAS .....88**

### **REFERÊNCIAS .....93**

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo pensar a inserção do saber científico nas discussões sobre a saúde pública, a salubridade e o progresso, já presentes na Nossa Senhora do Desterro do século XIX. Esses conceitos contribuíram com um novo regime de poder típico da modernidade. Uma perspectiva de governar que lida com a “população” no que ela tem de “biológico”.

Michel Foucault conceituou esse tipo de regime de governamentalidade. O filósofo francês propôs que a função do historiador fosse a de perceber o funcionamento dos mecanismos de poder – de suas redes – que atravessam a existência dos indivíduos no tempo. É a isto que este trabalho se propõe.

A premissa do conceito de governamentalidade se constitui em “um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população”. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

Foucault trata o conceito de salubridade como um estado das coisas, objeto de intervenção do governo, não sendo a mesma coisa que saúde. Como pontua o autor, a salubridade seria a “base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” (FOUCAULT, 1998, p.55). Dessa forma, ao utilizar um relatório sobre o estado de salubridade de Desterro como objeto de análise, busco compreender os argumentos utilizados nessa nova proposta de governo, que tem como alvo principal a população, bem como o modo de conduzir<sup>1</sup> o comportamento dos habitantes de uma cidade, colocando-os como seres da espécie humana no que concerne à biologia, alterando o olhar sobre estes de sujeitos para corpos governáveis. Como uma técnica de governo, o foco do conceito de governamentalidade não está no corpo individual e singular, mas sim no conjunto, na população. No entanto, o regime que constitui o estado moderno

---

<sup>1</sup> O governo como aquele que conduz é a base do poder pastoral cristão, prelúdio da governamentalidade. Em *Segurança, Território e População*, Foucault nos apresenta o poder pastoral e a razão de Estado como as bases da governamentalidade, forma de regime que se opõem à forma de poder usada pelo soberano e monarca na modernidade. Esses dois últimos têm como espaço de reconhecimento do seu poder o território, por outro lado, o poder pastoral, e por conseguinte a governamentalidade, se exerce com a circulação, assim como um pastor conduz o seu rebanho, a governamentalidade legitima seu poder através dos mecanismos de condução da população.

definido por Foucault age sobre os corpos individuais através do biopoder e anátomo política disciplinar<sup>2</sup>.

A fonte que iremos analisar, foi desenvolvida pelo médico militar João Ribeiro de Almeida, resultante de pesquisa feita durante sua curta, mas rica estadia na Ilha de Santa Catarina, de 1860 a 1864. Data essa última que colidiu com o início das publicações do estudo no jornal. Nele, o autor advoga por uma nova forma de organização humana, prevenindo, assim, as altas taxas de mortalidade constatadas na ilha, supostamente vinda da insalubridade. Para isso, o autor se debruça sobre dados estatísticos, teorias científicas da época, análises decorrentes de visitas de campo, relato de habitantes e de sua própria experiência como médico. Sua pesquisa é dividida em duas partes: a primeira abordando os modificadores climáticos, a natureza do solo, as águas, a alimentação pública e os espaços de convívio públicos e privados, “como estudo para chegar ao conhecimento das causas da avultada mortalidade” (ALMEIDA, 1864, p. 53), seguindo-se de uma análise das moléstias e epidemias “procurando pôr em relevo a relação de causa e efeito” (1864, p. 53), sempre se comprometendo em tentar “apresentar a etiologia da moléstia e de procurar o onde, quando e como da causa ou causas que o produziram” (1864, p. 53).

Esta pesquisa foi se delimitando ao longo de um bom tempo, inicialmente, motivado pelas discussões desenvolvidas por Thompson, historiador inglês de orientação marxista, em *A formação da classe operária inglesa*, onde o autor desenvolve o conceito de agência. Busquei identificar na população negra do Rio de Janeiro um protagonismo nas ações no espaço público e vinculá-lo com as características religiosas. Foi no desenrolar dessa pesquisa —que não se concluiu— que tive o contato com a obra *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, do também historiador Sidney Chalhoub, e com ela um novo horizonte se apresentou.

Em *Cidade febril*, o autor nos apresenta o cortiço Cabeça de Porco, local de moradia no centro do Rio de Janeiro, em sua grande maioria de africanos e *crioulos*, tanto escravizados como libertos, onde a intervenção violenta das autoridades do estado, segundo análise do autor, foi na forma da “gestão das diferenças” (CHALHOUB, 2017, p. 22) a partir da construção da ideia de classes pobres como

---

<sup>2</sup> O conceito de biopolítica e anátomo político disciplinar serão desenvolvidos melhor nos próximos capítulos.

classes perigosas, e da ideia de que a cidade deveria ser administrada. Para isso, o único critério era uma racionalidade tecno-científica, que indicaria políticas competentes e eficientes.

A professora Beatriz Mamigonian, em uma das nossas reuniões, me apresentou o *Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro*, pesquisa produzida pelo já citado Dr. João Ribeiro de Almeida. Tem como cenário Desterro e como principal objetivo questionar as altas taxas de mortalidades na ilha e qual deveria ser a ação do Estado perante a questão<sup>3</sup>. Saio da cidade do Rio de Janeiro, mas ainda estou incumbido da discussão sobre Estado e doença. Adoto o documento como fonte e início o processo de transcrição, processo esse que não se faz diretamente na fonte, mas através da enciclopédia de Santa Catarina, organizada pelo Almirante Carneiro e publicada na década de 60 do século passado, quase 100 anos após a publicação original. De qualquer forma é possível fazer a comparação do texto presente na enciclopédia, com a publicação presente em jornal no século XIX e perceber que não houve alteração no texto. Junto a esse trabalho, pesquisei, também, um pouco mais sobre a vida do médico que o produziu, analisando a trajetória e relacionando com a produção.

Sobre a Enciclopédia de Santa Catarina faço um adendo, a obra em si, no meio acadêmico, mostrou pouca circulação, sendo o mais proeminente o ensaio aqui tratado. O trabalho encontra-se na Sala de Obras Raras do Setor de Santa Catarina da Biblioteca Central da UFSC, apresenta: 68 volumes encadernados e datilografados; 19 volumes de biografias, genealogias e manuscritos; 06 volumes de índices, 09 volumes de recortes de jornais; 04 volumes de “notas” diversas; 02 volumes de álbuns fotográficos e 12 cadernos anexos, resumos (Mamigonian et. al, 1992, p.1). Inclui transcrições de documentos oficiais, artigos de jornais e trabalhos técnico-científicos desde a época colonial em Santa Catarina. A enciclopédia foi elaborada por iniciativa de Carneiro com a sua esposa, trazendo a tona documentos inéditos que foram coletados em todo o estado, é também possível encontrar nela “documentos de arquivos do Rio de Janeiro, de Lisboa, de vários tipos: documentos

---

<sup>3</sup> Em análise feita sobre o trabalho desenvolvido por Ribeiro de Almeida, é possível identificar que foi inicialmente encomendado como um relatório, esse foi o intuito inicial do escrito e é só com a publicação em jornal que ele ganha o formato de ensaio, principalmente com o preâmbulo, presente exclusivamente a partir das publicações semanais no jornal *O Despertador*.

oficiais sobre limites, geografia, clima e também cartas e relatos de viajantes (1992, p. 3)

A enciclopédia, como aponta Mamigonian (1992, p. 6), é uma obra extensa, tem valor inestimável, principalmente por não existirem outros exemplares além do original e também, por ela mesmo ser um documento histórico, afinal de contas os textos levantados são recortes que os organizadores acharam relevante transformar em monumento.

Nesse meio tempo em que se desenvolve a pesquisa, tanto a discussão da saúde pública, se manifestando no caso atual na pandemia do coronavírus, como a discussão sobre a participação do saber científico nas decisões tomadas pelos agentes administrativos, manifestada na cruzada negacionista que vem sendo constantemente reforçada pelo executivo nacional, atravessam de alguma forma as discussões apresentadas neste trabalho. A atual Florianópolis como a Desterro do século XIX, sofreram, em suas devidas proporções, com contaminações virais responsáveis pelo aumento da taxa de mortalidade e condicionam alterações nos espaços da cidade, assim como elevaram a preocupação da população e dos gestores do espaço urbano, sem dissolver os privilégios dos grupos dominantes. Quando se trata da posição do saber científico, nesses dois cenários, podemos encontrá-lo em posições opostas: se por um lado na monarquia brasileira o saber científico é buscado por seu papel como a arte por excelência da cura, atualmente, no governo que governa o país em meio a pandemia do COVID 19, esse saber já legitimado é discutido e questionado no atual discurso estatal

A escolha do *Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro* como fonte principal desta pesquisa me permite pensar como a produção científica é apresentada em Desterro no século XIX e como ela se relacionou com o contexto de modernização da Ilha. Claro que estou advertido que o processo em si de modernização urbana só vem ocorrer nos primeiros anos do século XX, mas me proponho a pensar o Ensaio como uma preparação da mentalidade que justificaria as ações futuras. Para além dele, estarei utilizando outras fontes: relatos em jornais, projetos de leis e trabalhos acadêmicos do período histórico.

Assim, divido esta monografia em duas partes, e dentro delas subcapítulos que a acompanham e buscam melhor explicar os temas abordados. No primeiro capítulo busco apresentar o conceito de governamentalidade, observando quando a

população emerge como objeto de governo; apresento a Desterro anterior ao Ensaio e como o conhecimento científico atravessa as alterações no espaço urbano. Já no capítulo dois faço uma exposição do relatório, apresentando o autor, e discorrendo sobre os pontos levantados no ensaio, pensando qual é a importância das estatísticas no desenvolvimento do trabalho.

Creio importante lembrar que a abordagem do *Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro* não é exclusividade deste trabalho. Durante a minha pesquisa foi possível observar a menção a ele em pelo menos três outros trabalhos: O primeiro a dissertação de mestrado *A invenção do litoral reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, escrita pelo historiador e professor da UFSC, Hermetes Reis de Araújo; Sandra Oenning da Silva e Carla Laner Carcia, em monografia e dissertações de mestrado, *Prevenir, minorar e combater o terrível flagelo: Febre Amarela (Desterro – 1880)* e *Emanações perniciosas moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de nossa senhora do Desterro. (1831-1864)*, fazem referência à fonte.

## CAPÍTULO 1

### 1.1 Foucault e a Governamentalidade

#### a) Foucault e a historiografia

O *Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro*, é o principal objeto de análise desta pesquisa. Escrito por Ribeiro de Almeida, o trabalho justifica seus argumentos em análise de dados estatísticos: os números são relacionados à população e os resultados ao percentual dela. Com os dados estatísticos, o médico militar fez uma comparação, observou situações que eram motivo de preocupação na higiene pública das cidades europeias e relacionou com condições similares na Nossa Senhora do Desterro da metade do século XIX, dessa forma estabelecendo padrões do que era aceitável ou não. Para melhor compreender o que os dados estatísticos nos dizem sobre os resultados, sobre o trabalho do médico, assim como o que está por trás da sua seleção, optei neste estudo utilizar como apoio teórico o conceito de governamentalidade, desenvolvido por Michel Foucault, em especial nos cursos ministrados no Collège de France, que originaram as obras “*Segurança, Território, População*” (1977-1978) e “*Nascimento da Biopolítica*” (1978-1979).

O conceito desenvolvido pelo filósofo seria um exercício de síntese na tentativa de explicar quais as técnicas e racionalidades competem ao estado moderno para que legitime o seu poder. Pensando na participação conceitual do filósofo na pesquisa, acho útil fazer uma breve apresentação da produção de Foucault, discutindo a importância do autor para historiografia, pensando a sua inserção no meio acadêmico, a relação com outros autores, o método de estudo da historiografia, conceitos e teorias, e suas críticas.

O filósofo francês propôs uma nova forma de pensar a historiografia, mudando a posição do sujeito dentro da pesquisa, assim como evidenciou novos objetos a serem pesquisados, e que por sua vez influenciou toda uma produção acadêmica nos anos 90. É frente a essa nova proposta de historiografia que devo falar aqui. No cenário brasileiro, vou abordar as propostas sobre o “pensar a história” através de dois historiadores: Margareth Rago, que tem pesquisas na área

de história do Brasil, história da sexualidade, normatividade, controle social, desejo, e que já na década de 90 buscava atravessar suas pesquisas com o viés do pensamento foucaultiano: Junto a ela, busquei referências com Igor Guedes Ramos, doutor em história pela Unesp, com pesquisas em teoria da história, historiografia brasileira, e tem como principal contribuição para a discussão vigente neste trabalho o livro *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980* (2015). Na pesquisa, Ramos faz um traçado da presença da obra do filósofo francês em comparação com a do historiador inglês, apontando suas aproximações e afastamentos em suas concepções de história e marcando a recepção dos dois na historiografia brasileira.

É no final da década de 70 e início dos anos 80, que podemos observar no meio acadêmico uma presença mais inflada da produção do filósofo francês no Brasil. A publicação de *Vigiar e punir* (1976), foi o primeiro exemplo a chegar no Brasil do método historiográfico desenvolvido pelo filósofo. Ao estudar o nascimento da prisão, o olhar aplicado não tratava o advento dessa instituição como um progresso da "barbárie" do suplício como forma de punição e castigo, mas sim como uma forma sofisticada de controle da população e de um aprimoramento das formas de violência. Pensando a prisão como objeto de pesquisa na identificação das novas formas modernas de punição e castigo. *Vigiar e punir*, abriu alas para que outras obras do autor, como *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, anteriores em ordem cronológica da produção foucaultiana, entrassem no circuito historiográfico brasileiro (RAMOS, 2015 p. 189).

O pensamento do filósofo trouxe contribuições na historiografia do período, mudando o sistema de pensamento que organizava o mundo nas décadas anteriores, de fortes concepções marxistas, orientadas pela luta de classes e sobre uma visão socioeconômica das relações humanas. Segundo Rago (1995, p. 68), os historiadores das décadas de 70 e 80, tinham uma visão de história que buscava compreender o passado, ordenando os acontecimentos e os alinhando em uma temporalidade, desse modo, facilitando a apreensão do presente e a visualização dos futuros possíveis. Para o filósofo, o passado se reduzia a discursos, os documentos a monumentos e os objetos históricos não eram mais tão óbvios quanto antes.

Foucault, e é importante lembrar que este não se pretendeu historiador, desenvolveu suas teorias com práticas historiográficas, ao retornar aos arquivos no objetivo de refletir sobre questões atuais se distinguia dos filósofos da época, que usava como base outros filósofos. No entanto, isso não impossibilitou de compactuar com a perspectiva nietzscheana de que pensar e sentir não estavam dissociados, que o corpo estava vinculado ao pensamento e que no fundo “tudo é histórico”. Ao pensar que tudo é história, a totalidade do que circula a presença humana através do tempo não fugiria do campo de visão histórico, nessa lógica não existiria essência natural na experiência do sujeito, e em algum momento na história determinada experiência, que afeta o corpo e o pensamento, tivera o seu começo manifestado na história humana. O pensamento foucaultiano, como aponta Rago, se afastava de uma historiografia brasileira mais voltada a uma história social de filiação marxista (1995, p. 70). Tinha como objeto a loucura, as prisões, as escolas, pensava o poder e as instituições disciplinares, o corpo e a sexualidade, campos que, não que fossem totalmente ignorados pela historiografia, mas que eram considerados como a “superfície da superestrutura” (RAGO, 1995, 70).

Com base da escola dos Annales, Foucault defendia trabalhar com uma história problema. A pesquisa histórica servirá para responder uma problematização levantada pelo historiador: em um campo aberto é que se delimita o objeto da investigação. Sendo assim, o método trabalhado pelo filósofo instala um problema a ser observado, e partindo dele se pensaria no objeto a ser estudado, articulando o presente com o passado, buscando responder como aquela problemática emergiu na história.

Na teoria foucaultiana, o método historiográfico não tem como preocupação explicar o que é “real” o que ocorreu de “verdade”, mas sim compreender como a ideia de “real” e o que é “verdadeiro”, são construídos como discurso, entendendo as condições para que determinadas formas de saber possam ser compreendidas como o *saber* por excelência sobre algo e assim estabelecendo como a verdade sobre aquilo. Foucault tinha um posicionamento diametralmente oposto à ideia de essência das coisas. Para o autor, embaixo de uma máscara só há uma outra máscara, sem nenhum vestígio de rosto. Em *A arqueologia do saber*, Foucault nos define o seu método histórico:

“a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor

expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações” (Foucault, 1986, p. 7).

Com isso, o autor busca colocar os objetos históricos como construções discursivas, como decorrentes de estruturas já estabelecidas no campo do discurso, se colocando de forma inversa aos métodos que colocam o objeto como ponto de partida para a explicação das práticas sociais.

O método de Foucault recusava colocar o sujeito e a sociedade como ponto de partida da interpretação histórica, o que era proposto pelo filósofo, era uma nova maneira de problematizar a história, como sintetiza Rago, era “pensar o evento e as categorias através das quais se constrói o discurso do historiador” (1995, p.72). A proposta foucaultiana se afastava tanto dos marxistas como dos não-marxistas que compartilhavam de uma análise da história fundada nas estruturas sociais e realidades objetivas. Para explicar as práticas políticas, econômicas, culturais e sociais de um determinado grupo, para Foucault, era necessário pensar como culturalmente determinadas referências se apresentavam frente ao grupo, e pensar esse, ou mesmo o sujeito de forma individual em posição frente ao poder e as formas de produção do conhecimento.

Para o filósofo, a história é um discurso, Rago busca aprofundar essa concepção ao definir a história como uma forma da cultura, sujeitos do contemporâneo se relacionam com eventos do passado, sendo uma forma de conhecimento e não uma ação, portanto caindo no campo discursivo (1995, p. 72-73). Nessa lógica, é o historiador que constrói a trama sobre o acontecimento, é ele que levanta o que é importante no passado fazendo por sua vez com que não existissem eventos históricos como dados naturais. Em resumo, uma visão organizada do passado respeitando leis históricas bem articuladas em si, só existem se o historiador quiser, pois no real, não existe continuidade.

O método de Foucault parte das práticas para os objetos, sendo esse o fim do percurso historiográfico, e a chegada até ele através de estudos de práticas que emergem como temas, como discursos, como preocupações históricas. Portanto, o central na obra de Foucault é perceber como as práticas discursivas e não-discursivas, as redes de poder organizavam as configurações culturais e históricas ao ponto de produzirem determinados objetos.

Rago (1993, p. 122) classifica a presença da teoria foucaultiana na produção historiográfica brasileira em três momentos: O primeiro [...] caracterizada pelo privilegiamento da concepção de poder enquanto positividade. O segundo, remete à eliminação do sujeito enquanto agente histórico fundamental, produtor central dos acontecimentos sociais [...]. O terceiro vê entrar em cena reflexões sobre os modos de subjetivação e seus processos diferenciados. Para a importância deste trabalho, vamos nos atentar aos dois primeiros momentos da presença da teoria foucaultiana na produção historiográfica brasileira, a já discutida eliminação do sujeito como agente histórico fundamental e a concepção de poder como positividade.

A concepção de poder disciplinar permite com que se pensasse as relações de poder para além da presença e participação do Estado. Foucault era crítico à representação jurídica do poder, que o considerava como uma “coisa”, desse modo limitando as formas com que se pensava a dominação na sociedade moderna. A proposta do filósofo era pensar o poder em uma dimensão imaginária, difundido nas relações, onde as figuras que representam o poder são inúmeras. Pensar o poder apenas na sua forma negativa, no caso, na hipótese de uma força repressiva, que silencia, que cala, no fundo reduz as suas múltiplas manifestações. Fixar o poder em uma “coisa” como o Estado ou políticas institucionais, foi a forma em que o poder foi pensado por muito tempo (RAGO, 1993, p. 124).

No momento em que se parou de pensar que o poder estava exclusivamente fixo a uma determinada “coisa”, e sim, que está presente na sociedade e nas relações em que os sujeitos estão envolvidos, o campo da intervenção da teoria foucaultiana se expande, para além da consciência, o espaço, o corpo do indivíduo, o automatismo dos gestos, a postura, o comportamento, a percepção são investidos pelo poder.

Ainda falando do exercício do poder na obra do filósofo, este aparecia de forma mais sutil, se ramificando nas relações sendo assim mais eficiente. As formas de dominação, como traduz Rago “ não percorria o caminho da alma para o corpo, como nós tínhamos aprendido, mas ela poderia vir das coisas para o corpo e para as idéias” (1993, p. 128). Em caso compartilhado pela historiadora foucaultiana, a autora utiliza como exemplo o trabalho de François Béguin *As maquinarias inglesas do conforto*, caso que pensava como os equipamentos tecnológicos –ou o ambiente material– transformam o indivíduo e as práticas sociais, como tecnologias como a

água encanada interferiam na relação deste com o espaço da casa, as práticas do cotidiano, a higiene pessoal, entre outras (1993, p. 128).

A questão principal de Foucault é “dar conta da constituição do sujeito enquanto objeto e enquanto sujeito na cultura ocidental, estuda o poder e as disciplinas, a produção da verdade e os saberes; as práticas de si e as formas de subjetivação” (RAGO, 1995, p. 77). O que Foucault faz com relação ao papel do sujeito na análise histórica é tirá-lo desse lugar central que constitui a base da análise, e passa a problematizá-lo como um objeto que está sendo constantemente constituído.

Em *A verdade e as formas jurídicas*, o filósofo faz um retorno à discussão sobre o sujeito na filosofia ocidental, este era colocado como centro do conhecimento, onde emergia a verdade. Quando se faz história das ideias, história do conhecimento, ou mesmo história, a base é esse sujeito de conhecimento e sua representação, ele é o pontapé por meio do qual é possível se chegar à verdade. Frente a isso, a reflexão levantada por Foucault é pensar uma história onde o sujeito não é constituído de antemão “que não é aquilo a partir de que a verdade se dá na história” (1986, p. 16). Na concepção de sujeito para o filósofo, não existia uma essência natural, um momento inicial frente ao qual a cultura deixaria as suas marcas, sem essência humana em que os sujeitos livres viriam ao decorrer do tempo sendo marcados pelo processo civilizatório.

Retomando a presença de Foucault na historiografia brasileira, o ingresso do filósofo no cenário acadêmico nacional vem no mesmo período dos trabalhos de Edward Thompson, historiador vinculado à história social, vertente que estava em alta na década de 80, que por sua vez fez com que alguns historiadores debruçassem-se sobre o trânsito entre as produções dos dois autores. Ramos (2013, p. 13) em seu livro, consegue nos apresentar algumas conclusões sobre a presença do pensamento do filósofo e do historiador na historiografia brasileira dos anos 80. Em entrevista para a coletânea *Conversa com historiadores brasileiros*, ao abordarem de forma separada Foucault e Thompson, só 2 dos 15 historiadores convidados não fazem restrição à teoria do filósofo, já se tratando do historiador há 7 menções da relevância da sua produção, o que serve de panorama para pensarmos a aceitação dos dois naquele contexto.

A descoberta dos “vencidos” pela historiografia, buscava desfazer o silêncio e colocá-los como centrais para a história, Essa ideia vinha em caminho oposto ao

idealizado por Foucault, onde o sujeito era dissolvido, sendo o efeito das redes de relações e da formação de saberes. Essa oposição de pensamentos, mostra por um lado, que a teoria do filósofo subestima a participação dos sujeitos e coloca o indivíduo como produzido pelas estruturas; já pelo historiador inglês o afastamento das estruturas e enfatizando a ação dos indivíduos. Em síntese, a questão era se o sujeito faz a história ou se ele é determinado pelas estruturas sociais, geográficas ou econômicas. (RAGO, 1993, p. 134)

Quando se trata da obra de Foucault, é importante ressaltar que a produção do filósofo não tratava de negar a *agência* dos oprimidos, o seu problema era desconstruir a proposta do “homem como sujeito unitário consciente” (RAGO, 1993, p.135) rompendo assim a ideia do humanismo. A proposta do filósofo como resume a historiadora, é:

“Então diz Foucault que somos produzidos por relações de poder, somos efeitos mais do que produtores, estamos envolvidos em redes de relações de dominação no interior das quais são produzidos os saberes, que não é que nos conhecem, são saberes que nos instituem, codificando, classificando e, supostamente, explicando. Para o historiador trata-se, então, de perceber essa rede e os mecanismos de funcionamento do poder menos do que acreditar que existimos antes da sociedade e da cultura — ou por detrás dela — numa suposta natureza que a razão burguesa imaginou e onde nos alojou.” (1993, p.135)

Em a *Microfísica do poder*, Foucault nos apresenta a sua crítica à historiografia da época, que estava mais voltada a compreender o passado, de forma linear, em uma continuidade dos acontecimentos, e propõe uma visão que vai em oposição, buscando identificar o corte na continuidade:

“É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos”, dizia ele. “Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. (...) É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 1979, p. 27).

Saber como aquilo que corta é uma proposta de ruptura. Se pensarmos de forma mais subjetiva, se pensarmos determinadas problemáticas, determinados temas, determinadas figuras, ao compreendê-los, perdem a sua capacidade de impactar, de gerar desconforto ou estranhamento: cortar entra com o sentido de

machucar, de ferir, de incomodar. Mas também, cortar, representa a descontinuidade na história. No método arqueológico desenvolvido pelo filósofo, ao identificar um problema, um tema, uma figura, o procedimento seria escavar na história até o momento em que este desaparece, pois é nessa ruptura na continuidade da história que é possível perceber a emergência de um problema. Essa proposta de história “deslocava o intelectual dos seus espaços e funções orgânicas, questionando radicalmente seus próprios instrumentos de trabalho e modos de operação” (RAGO, 1995, p. 69).

Mas então, qual é a proposta para se trabalhar Foucault na historiografia? Segundo o levantamento de Ramos (2013, p. 10-12), alguns autores como Rago, Albuquerque em sua dissertação de mestrado *Falas de astúcia e de angústia*, e Chalhoub em entrevista dada em 2008 para Atílio Bergamini, Eliete Lucia Tiburski e Icaro Bittencourt, sugerem trabalhar a abordagem de Foucault em contato com a produção de Thompson. Como os dois autores têm diferenças epistemológicas, por tanto, a ideia seria trabalhar os dois de forma complementar, dessa forma compensando as diferenças<sup>4</sup>. Assim, busco desenvolver este trabalho utilizando a produção do filósofo, em especial o conceito de governamentalidade, para traçar linhas gerais do processo de formação do estado moderno ocidental, ao mesmo tempo que através de uma historiografia mais especializada contextualizo a pesquisa desenvolvida por Ribeiro de Almeida.

## **b) Governamentalidade**

Explicado o autor, agora vamos ao conceito que dá norte à pesquisa, governamentalidade. Foucault, com esse conceito, busca fazer uma crítica à racionalidade política da sociedade ocidental moderna, não com o objetivo de apresentar uma outra alternativa ou ainda defender essa proposta, mas sim torná-la visível. Essa racionalidade política teria duas bases: a ideia cristã do pastorado, que

---

<sup>4</sup> No cenários apresentados por Ramos (2013, p. 15) sobre a relação de Foucault e Thompson pode-se dividir em três: uma que critica a apropriação de um pelo outro, afirmando que o resultado dessa apropriação seria decorrente de uma leitura equivocada (Costa, Cardoso, Merson, etc.). Um outro grupo, a utilização de Foucault e de outros intelectuais não-marxistas nos trabalhos que envolvessem Thompson, seria "uma busca de legitimação no interior do próprio debate marxista para o culturalismo praticado pelos seus 'usuários'" (MATTOS, 2006 p.104). E por fim, o grupo de intelectuais que entende a apropriação simultânea como uma complementação possível, que contribuiria com o desenvolvimento da historiografia (Decca e Chalhoub).

surge alguns séculos depois de Cristo e que propõe a figura do pastor e de seu rebanho enquanto um modo de explicar que quem liderava deveria cuidar de seus liderados e de suas individualidades. Sendo assim, o poder pastoral, uma tecnologia que cuida e controla o rebanho, dando atenção às individualidades de cada membro e assegurando a salvação do conjunto, tendo como uma das suas principais estratégias a confissão; a segunda base seria a ideia de razão de Estado, que discute a relação entre governo e Estado ou “arte de governar”, assunto muito desenvolvido durante os séculos XVI e XVII nos tratados de ciência política. Questões como “quem governa?”, “o que se governa?”, “como governar?”, essas interrogações, entre outras, marcam uma perspectiva política, que estaria em oposição às estratégias de aconselhamento do príncipe que foram desenvolvidas por Maquiavel em *O Príncipe*, e que por sua vez denominou essa nova perspectiva como “literatura anti-Maquiavel” (FOUCAULT, 2008, p. 117-120).

Em *O príncipe*, Maquiavel propõe estratégias para que essa figura de poder exerça domínio sobre o território e os habitantes dele. La Mothe Le Vayer, escritor expoente da literatura anti-Maquiavel, como identifica Foucault em *a Microfísica do poder* (2005, p. 165) procura fazer a tipologia das diferentes formas de governo: “O governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política”. Diferente da doutrina do príncipe ou a teoria jurídica do soberano, que procura frisar uma descontinuidade entre o poder do príncipe e as outras formas de poder presentes nas relações sociais, na arte de governar se postula uma continuidade, o bom governo de si mesmo facilita um bom governo familiar e, por conseguinte o bom governo do Estado e vice-versa.

O príncipe tem uma relação de exterioridade com o seu principado, este o recebeu por herança, aquisição ou conquista, no entanto não faz parte dele e o que une são a violência ou o reconhecimento entre seus pares, portanto não estabelecendo uma relação segura entre o príncipe e o principado. A frágil relação estabelecida no ambiente pode ser ameaçada por inimigos de fora e no seu interior pelos súditos que não aceitam o governo do príncipe. Com isso, o objetivo do príncipe estaria em manter e proteger o principado, este não entendido como o conjunto de territórios e súditos, mas sim a relação que o príncipe tem com aquilo que ele possui, com o território que ele herdou ou adquiriu. Portanto, o objetivo do

poder estatal do príncipe é o território, elemento fundamental para que se possa exercer a soberania sobre o espaço e os habitantes (2005, p. 164).

O *Príncipe* de Maquiavel, seria então, um tratado que busca definir as habilidades que um príncipe deve ter para conservar o seu principado, o que a literatura anti-Maquiavel gostaria de substituir por uma arte de governar, que não busca governar um território, mas coisas. Portanto, o governo, na arte de governar, se encarrega de conduzir, assim como um pastor conduz o seu rebanho, as coisas a um fim adequado. Como sinaliza Foucault:

“nesta literatura o governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade”(2005, p. 164).

Quando Foucault se refere a governo das coisas, não coloca em oposição os homens as coisas, mas sim que o que se governa não é o território e sim os sujeitos e as coisas que atravessam a sua existência:

“são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc.” (FOUCAULT, 2005, p. 166)

Uma metáfora utilizada no período, e que facilita a compreensão dessa nova proposta de governo, é a de governar um navio, pois pensa-se nos marinheiros, nas cargas, nas condições do barco, no clima, no mar, etc. O governo na arte de governar não tem uma finalidade nele próprio, o que o distingue da soberania, já que esta tem como única função a preservação do seu poder.

Assim, reconstruímos as economias de poder da seguinte maneira: primeiro o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal; segundo um Estado administrativo, que corresponde a uma sociedade de regulamentos e disciplinas; e por último um Estado de governo que já não se define por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas sim pela massa, a massa da população e com o seu volume e sua densidade, o território que cobre nessa situação é apenas um de seus componentes.

É no século XVIII onde a arte de governar ganha uma nova roupagem, sendo o domínio das estatísticas como um dos principais expoentes. Ciência de estado, as estatísticas possibilitam uma melhor compreensão da população, isolando os problemas e dando maior especificidade, principalmente em questões como epidemias, escassez de alimentos, mortalidade, natalidade entre outras. É importante lembrar que as estatísticas como técnica de levantamento de dados existiam na administração monárquica nos moldes da soberania, no entanto, é a partir do momento que a economia deixa de ser problema da família e passa a ser pensada como problema de Estado que se começa a perceber que população tem uma regularidade própria (FOUCAULT, 2005, p. 169).

É sobre esse olhar, no século XVIII, que a população aparece como objetivo final do governo. É com os dados estatísticos que o governo consegue calcular a sua qualidade em diferentes ramos (saúde, riqueza, educação, moradia), são esses dados que possibilitam ações diretas e indiretas, como campanhas, reformas urbanas, movimentações migratórias. A população passa a ser sujeito de necessidades e objeto na mão do governo, e governar passa a ser conhecer a população e assim administrá-la (FOUCAULT, 2005, p. 170).

A racionalidade governamental moderna, tem como suporte a teoria da polícia, que procura elevar o poder do estado a partir do cuidado contínuo da felicidade dos súditos. É importante frisar que a polícia aqui não é entendida como uma instituição do Estado e sim como uma tecnologia governamental, que tem como objetivo a vida dos indivíduos enquanto seres vivos e na sociedade a população. As estatísticas entram aqui como instrumentos que proporcionam a formação de um saber sobre a população que permite com que ela se torne governável.

Aqui aparecem os dispositivos de segurança, que se preocupam com os fenômenos que afetam a população — saúde, nascimento, morte — são manifestações da tecnologia de polícia, sendo as estatísticas um meio para elucidar as questões que atravessam a população e assim indicando os modos de intervenção que o governo tem que tomar para administrar. Portanto, segundo Foucault a governamentalização do estado moderno, a governamentalidade, “tem uma racionalidade constituída de instituições, procedimentos, reflexões, táticas e cálculos que tem como alvo a população, como saber a economia política e como instrumentos técnicos os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2005, p. 171).

A população como centro do regime de governamentalidade é o que define o estado moderno. No momento em que para de ser percebida em uma noção jurídico-política, vinculada ao desejo do soberano e começa a ser pensada a partir de sua natureza, como sujeito de necessidades. O que direciona as suas ações é um conjunto de situações naturais, portanto a lei evocada pelo soberano se converte apenas em uma possibilidade de vir a fazer. No regime de governamentalidade, se percebe a população como um conjunto de processos que precisam ser administrados a partir de sua natureza. Passa a ser vista como espécie constituída por características biológicas, que está sujeita a condições diversas: a influência do clima; a qualidade da alimentação; o acesso a água; a saúde dos corpos entre outros fenômenos, mas que no seu extrato interferem na natalidade, prolongação da vida ou óbito. O estado de governo tem a preocupação de fazer viver e deixar morrer, criando uma oposição no regime anterior, onde o soberano fazia morrer e deixava viver, assim a governamentalidade se exerce em um poder sobre a vida no seu sentido mais biológico.

A população, agora compreendida como decorrente de fenômenos de natureza, pode ser acessada por meio de técnicas de conhecimento como as estatísticas, cálculos, análises e reflexões que se aprofundam sobre as condições que atravessam a vida dos indivíduos. É através do conhecimento científico que o conjunto de técnicas, mecanismos, de apreensão dos fenômenos naturais que se gera um saber sobre as características biológicas de uma população, é essa forma de conhecimento sobre o que atravessa a vida da população que Foucault chama de biopoder, sendo a instrumentalização pelo estado a biopolítica.

A modernidade para o filósofo francês vai se estabelecer com a biopolítica que administra a população e faz a gestão da coletividade, e na anatomopolítica disciplinar que molda os indivíduos. A partir dos dados estatísticos que se estabelece uma média dos eventos que são aceitáveis para o funcionamento do Estado, identificando assim uma normalização e definindo o que é normal. É com as estatísticas que também é possível fazer uma comparação com outros Estados e perceber repetições no tempo, o que por sua vez possibilita mecanismos de previsão. É a normalização e a previsão que entram no controle dos dispositivos de segurança e na governamentalidade: esses dispositivos vêm como instrumentos técnicos para se exercer o poder sobre a população.

## 1.2- História da saúde na ilha

### a) Desterro: Ocupação e população

Nesta parte do trabalho iremos apresentar o ambiente onde se desenvolve o ensaio de Ribeiro de Almeida. Apresento o processo de ocupação da região, assim como a importância para a Coroa, projetos e a sua população, discutindo assim as disputas de poderes no local.

As primeiras ocupações portuguesas na ilha de Santa Catarina, lembrando que anterior à ocupação portuguesa do local já existia a presença indígena, se deram em razão de sua localização estratégica frente aos objetivos de proteção e expansão da coroa portuguesa diante das terras meridionais do continente império luso. A sociedade que se construía na colônia portuguesa estava inserida na economia mundo-europeia e tinha como funcionalidade o fornecimento de gêneros tropicais para a metrópole. Como assinala José Bastos, em coletânea de ensaios sobre Santa Catarina, publicada nos anos 2000, nesse primeiro momento, os recursos do sul da colônia se demonstraram pouco atrativos para a exploração portuguesa em relação a outras regiões, o que direcionou os comerciantes portugueses a buscarem territórios ociosos ou alternativas lucrativas, como a mineração e a pesca (BASTOS, 2000, p. 128). Contudo, como pontuam Beatriz Mamigonian e Joseane Vidal em *História diversa*, as regiões periféricas para Corte exerciam, também, a função de exportar a força-de-trabalho indígena escravizada para os grandes centros urbanos da colônia. A população escravizada indígena e de origem africana estava presente junto aos colonizadores nessa primeira fase de ocupação do litoral catarinense entre meados do século XVII e meados do século XVIII (2013, p. 10).

A colonização portuguesa nas terras sul-americanas se deu na orla marítima, e os povoados nas costas ajudavam a metrópole a manter contato com a colônia, junto a isso, as vias fluviais serviam tanto para escoar produtos agrícolas como para obter produtos manufaturados. A ocupação da costa catarinense e da ilha de Santa Catarina, constituiu-se decorrente da necessidade estratégica de conquista do extremo sul da América portuguesa pela coroa, até a colônia de Sacramento. Paulo César Possamai, pesquisador de história das cidades, aponta em seu trabalho *De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do*

*Sacramento de 1735 a 1777*, que a colônia de Sacramento era ponto comercial importante para Portugal, fazendo comércio de produtos e tráfico internacional de escravos com os espanhóis em Buenos Aires (POSSAMAI, 2010, p. 24).

A estruturação econômica demandava no território um povoamento próximo às áreas de pesca da baleia, assim como a construção de fortificações para a proteção de invasores, levando contingentes militares com suas famílias a se estabelecerem em diversas localidades da ilha. A necessidade de proteger os territórios fortaleceu a presença militar e, por consequência, contribuiu para o aumento da população e do consumo, transformando a economia local. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, médico e pesquisador da história de Santa Catarina, o governo português enviou cerca de 5 mil pessoas da ilha de Açores e Madeira entre os anos de 1748 e 1756 ajudando a povoar o litoral sul da colônia, já ocupado por paulistas (CABRAL, 1951, p. 50). O projeto inicial de colonização e exploração da Coroa, visava integrar o litoral catarinense no circuito do atlântico português, desenvolvendo a região através do trabalho livre dos colonos. A grande maioria das famílias que vieram se estabeleceram na ilha de Santa Catarina onde se dedicaram à produção de alimentos para a sua subsistência e das tropas militares, além de suprirem os quartéis com homens, em geral seus filhos. Por muito tempo a administração da ilha esteve sob a responsabilidade de comandantes militares, e como sintetiza Henrique Pereira Oliveira, devido à dinâmica familiar, na hierarquia militar sabia-se “quem era quem” (OLIVEIRA, 1990).

Como apontam Mamigonian e Vidal, mesmo que o objetivo da Coroa, em meados do século XVIII fosse fortalecer a região litorânea catarinense com o trabalho livre, era possível identificar a presença escrava, no entanto, a mão-de-obra cativa era pequena em comparação com outros pontos de povoamento e servia para complementar e potencializar o trabalho exercido pelos colonos açorianos. Entre as estratégias de dominação desenvolvidas pela Coroa, a reprovação da força-de-trabalho cativa no litoral sul se justificava oficialmente em evitar a ociosidade dos seus súditos, o que já era observado em outras partes do Brasil onde a escravidão já estava estabilizada e difundida. Contudo, também é possível pensar que a Coroa estivesse receosa com a formação de uma elite proprietária, que pudesse contestar seu domínio (2013, p. 22).

A população escrava crescia em Desterro à medida que a Ilha se inseria no círculo de comércio de gêneros de abastecimento, e sendo bastante influenciado a

partir de 1808 com a interiorização da Corte para no Rio de Janeiro. De 1796 até 1814 a ilha teve um aumento da população cativa de aproximadamente 40% (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2013, p. 26), população essa que começa a ficar mais presente como força-de-trabalho escrava em pequenas e médias propriedades agrícolas, e que no final acabaram por frustrar os planos da Corte de desenvolver um trabalho livre nos núcleos coloniais.

Ainda seguindo nessa questão da presença escrava em Desterro, é a partir de 1810, que a importação de africanos novos se torna mais acentuada, mantendo um fluxo regular até 1829 e apresentando um declínio significativo a partir de 1831 com a promulgação da lei que proibia o tráfico de escravos (MAMIGONIAN; CARDOSO, 2013, p. 26). Não há evidências que indiquem uma rota de tráfico internacional que tenha como principal destino Desterro, o que indica que os escravizados chegados na Ilha eram decorrentes de tráfico interno com outras províncias, principalmente o Rio de Janeiro (2013, p. 28). Quando se trata do local na África de onde vinham os africanos aqui escravizados, Mamigonian e Cardoso apontam com base nos batismos que passaram pelas paróquias do Desterro entre 1810 a 1820 que:

“Aproximadamente 69,4% eram da África Centro-Occidental (Congo, Angola, Benguela); 21,7% eram da África Oriental (Moçambique); e 8,9% da África Ocidental (Costa da Mina). Esse perfil de africanos que passaram a integrar a população escrava da Ilha é muito semelhante ao da cidade do Rio de Janeiro” (2013 p. 31)

Apesar disso, a identificação dos locais de origem dos africanos como “Cabinda”, “Congo”, “Mina”, na maioria das vezes remetem ao porto de origem desses africanos, mas não falam da real procedência desses sujeitos.

Estimava-se que a população da Ilha na primeira metade do século XVIII era de aproximadamente mil habitantes (OLIVEIRA, 1990). Até a segunda metade do século XVIII, com a vinda massiva das famílias dos arquipélagos de Açores e Madeira, a capital da província de Santa Catarina tinha a população bastante reduzida. Como observa Aline Gabriela Klauck em sua dissertação de mestrado, a cidade nas primeiras décadas do século XVIII, não tinha a “presença de instituições administrativas ou agentes que a subordinassem à soberania do governo metropolitano.” (KLAUCK, 2018, p. 52), e só vem a participar da dinâmica do sistema colonial com a fundação da câmara municipal em 1726, instituição política base da sociedade colonial importante na construção e manutenção do poder da

Coroa em território ultramarino, sendo essa instituição a que garantia a continuidade do mando da Coroa na promoção e regulação de políticas para as autoridades locais (CARDOSO, 2009, p. 87). Por ser uma vila militar a partir de 1738, o crescimento populacional favoreceu o assentamento e as movimentações de tropas portuguesas, principalmente quando se trata de expansão e controle do território frente às potências europeias e grupos divergentes internos. Com o aumento do contingente populacional decorrente da vinda de famílias açorianas surge a necessidade das elites de promover uma “ordem pública” e por conseguinte da presença de um “poder público”, formulando assim, estratégias de recepção e regulamentação da vida na vila, estratégias essas que foram se delineando no decorrer do século.

Inicialmente, a produção em Desterro estava vinculada à pesca, principalmente a da baleia: no litoral catarinense havia cerca de seis armações. O óleo extraído da baleia, entre o século XVIII e XIX, era base da construção civil, tinha uma função de lubrificante nas manufaturas e servia na iluminação (BASTOS, 2000, p.128). No cultivo da terra, em sua grande maioria policulturas, sobressaem o cultivo da farinha de mandioca, cana-de-açúcar, milho e café. Os engenhos eram utilizados para além da produção de farinha de mandioca, para a produção de cachaça, melado e açúcar. Quando se trata da criação de gado, era em grande parte solta em terras comunais (CAMPOS, 1991, 68).

A produção de farinha de mandioca, com o passar do tempo, vai se difundindo com maior peso em comparação com as outras manufaturas. Laura Hübener em trabalho sobre o comércio na cidade de Desterro no século XIX, publicado no início dos anos 80, nos apresenta um cenário sobre a produção de farinha, que nos permite repensar a historiografia catarinense e a participação negra. No trabalho da historiadora, os engenhos de farinha, na sua maioria, eram tocados pelos familiares, não sendo incomum serem arrendados para outros agricultores. A produção de alimentos até o final de 1880 foi perdendo força frente à concorrência de outras províncias, devido às técnicas precárias de produção determinava a baixa qualidade da produção em relação à concorrência de outras localidades. (HÜBENER, 1981, p.120).

No entanto, essa visão “invisibiliza” a presença da população escravizada presente em Desterro. 4 em cada 10 unidades familiares tinham escravizados, em geral de 1 a 5 (MAMIGONIAN; VIDAL, 2013, p. 32), adquiridos no comércio local e

provavelmente vindos do Rio de Janeiro. A população escravizada desenvolvia relações de sociabilidade com seus senhores em diversos espaços: casa, trabalho, rua, contudo, a capilarização dessas relações não as deixavam menos violentas (2013, p. 32).

Pensando nos grandes produtores, a população cativa geral era de 10 sujeitos, como desenvolve Mamigonian e Cardoso:

“As senzalas deveriam ser coabitadas por indivíduos solteiros e sozinhos, mas também por famílias escravas que aos poucos se formavam levando em consideração suas aproximações étnicas, sociais ou culturais. Ao mesmo tempo, haveria igualmente maior cuidado e controle por parte dos senhores sobre os seus cativos, possivelmente destinando alguém para fazer tal vigilância, um homem livre ou mesmo um escravo.”(2013, p. 31-32)

Função final essa, que em alguns casos também era exercida pelos próprios senhores, que cientes de sua posição na sociedade escravista legitimam a sua autoridade através da “pedagogia da força” ou pela “concessão paternal”. Pelo lado dos cativos, estes manifestavam a sua resistência na busca da liberdade ou por melhores condições de trabalhos, alimentação, saúde e moradia, tentando superar as dificuldades impostas pela vida em cativeiro.

A presença da população negra, escravizada ou liberta, na história de Florianópolis, mostra-se em boa parte dos relatos de duas formas: como força-de-trabalho, principalmente vinculada à construção, mas também em serviços como os das lavadeiras, no transporte de água potável ou dejetos. Fora dessas circunstâncias, como apontam Mamigonian e Vidal, “os indivíduos de origem africana não figuram na história da cidade no século XIX”(2013, p. 11). A principal razão está na construção narrativa feita sobre a ocupação do espaço, que na ilha, favorece como protagonista a presença açoriana, e no estado, a presença europeia.

A “invisibilidade” da presença de africanos e seus descendentes não é exclusividade da história de Santa Catarina, é possível perceber nos estados da região sul e em outras localidades da América que tiveram forte presença da população africana.

No início do século XIX é possível perceber uma substituição no poder local, passando gradativamente de altos cargos do comando militar para figuras de destaque civis, em sua grande maioria ligadas ao comércio. O processo de fortalecimento das elites comerciais em Desterro está vinculado ao desenvolvimento urbano que ocorreu na ilha na passagem do século XVIII para o século XIX. Elevada

à categoria de cidade em 1823, ganhando funções administrativas que favoreceram a expansão comercial dos pequenos produtores, agricultores e pescadores, dentre os demais centros urbanos da província.

A segunda metade do período oitocentista, com redirecionamento do capital investido anteriormente no tráfico negreiro internacional se redireciona para o mercado interno intensificando as relações comerciais dentro do país, o que na capital catarinense regida pelo comércio e transporte de mercadorias, se manifestou em transformações urbanas (SCHAFASCHEK, 1997, p. 37). Essa nova conjuntura influenciou no fortalecimento da elite local, constituída, em parte, por negociantes vinculados ao transporte de mercadorias.

As atividades urbanas em Desterro se diferenciam das demais regiões agroexportadoras do país, onde o meio rural desenvolvia maior influência sobre a vida da população. Entre as décadas de 30 a 60 do século XIX, houveram algumas alterações na infraestrutura urbana como apresenta Garcia (2006):

“a inauguração do Cemitério Público em 1840, a construção do primeiro Mercado Público em 1851, o surgimento do primeiro gabinete de leitura em 1832 e, posteriormente, de uma Biblioteca Pública em 1850, o aterro e calçamento de algumas ruas iniciado na primeira metade do século XIX, a determinação provincial que incumbiu a Câmara de colocar placas nas esquinas para identificar o nome das ruas, em 1842, a numeração das casas, o conserto de pontes e prédios públicos” (GARCIA, 2006, p.12)

Essa série de alterações, para além de elevar o status da cidade, incentivaram, à medida em que eram realizadas, o planejamento do espaço público e a gestão da população na cidade.

## **b) Questões de saúde na ilha: conhecimento científico, população e intervenções no espaço urbano**

A ideia de população, que norteia as reformas que antecedem o ensaio de Ribeiro de Almeida, citadas na parte anterior, assim como as análises do próprio médico, pode ser melhor compreendidas através da pesquisa desenvolvida por Foucault em *Segurança, território e população*, onde nos apresenta o problema da população em sua transição do regime do soberano para o regime de

governamentalidade, tendo a compreensão da centralidade desse agente, a população, como essencial para a alteração de regime.

Na visão mercantilista, o poder do soberano estava vinculado ao controle de um território extenso, o seu tesouro era uma população numerosa, sendo o poder de participação desta última no poder do soberano manifestado de duas formas: a primeira na obediência, refletindo o poder do soberano e a segunda no gosto pelo trabalho, enriquecendo-o. A população fornece braços para a agricultura e manufatura, nessa condição também “permite por conseguinte dispensar, tanto quanto possível, as importações e tudo o que seria necessário pagar em boa moeda, em ouro ou em prata, aos países estrangeiros” (FOUCAULT, 2008, p.90), a população no mercantilismo é a riqueza do Estado, no entanto ela só pode ser força produtiva e gerar riqueza ao momento em que é disciplinada, ela deverá obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc.

A compreensão da população como o agente por excelência de exercício de poder do Estado, é o ponto pelo qual buscamos compreender a população neste trabalho. É a partir do momento em que o Estado para de perceber a população a partir de uma noção jurídico-política e começa a ser “considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural” (2008, p.92). Portanto, a população ao ser pensada através de critérios naturais passa a ser compreendida como dependente de uma série de variáveis: afetada pelo clima, comércio, religião entre outros, sendo percebida como um objeto técnico-político de uma gestão de um governo.

Pensar a população como um conjunto de variáveis faz com que ela já não entre mais na lógica de obediência ou recusa da ordem do soberano, pois as variáveis da qual depende a população faz com que esta escape das ordens direta do soberano na forma da lei. Como resume Foucault, “se se diz a uma população ‘faça isto’, nada prova não só que ela o fará, mas também, simplesmente, que ela poderá fazê-lo” (2008, p.93). Ao se fazer a transição de soberano-súdito para um governo das populações, o limite do poder do Estado não se estabelece na aceitação ou recusa das pessoas a qual o mandatário se dirige.

A população como um fenômeno de natureza indica que na totalidade não é afetada por decretos, no entanto, por ser um fenômeno de natureza não indica que seja inacessível, pois ela é acessível a agentes e técnicas que são conhecidos por cálculos, análises, reflexões sobre uma série de fatores que de início podem não

estar diretamente ligadas a ela, mas atravessam a sua existência, como exemplo a salubridade. Em resumo, para se poder agir sobre a população é necessário ter o conhecimento dos fatores que a atravessam. Uma técnica nova se apresenta, se relaciona com o que está em torno da população e que se sabe por meio de cálculos, análises e reflexões, que pode se materializar por meio de estimativas e estatísticas. Pensando no caso de Desterro, sob a ótica do ensaio de Almeida, podemos observar a centralidade do problema da população, pensada como um fenômeno de natureza, através da preocupação sobre o estado de salubridade da Ilha, apreendido por meio das estatísticas, técnicas de conhecimento que produzem um saber sobre a população. Foucault trata essa natureza penetrável da população, que permite que ela seja compreendida de forma diferente, como “uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder” (2008, p.94).

É também a partir das estimativas e estatísticas que é possível perceber a população como um conjunto de elementos no qual se pode perceber regularidades e constâncias, até mesmo nos acidentes, é possível assim perceber as variáveis pela qual a população pode transitar e no Estado, estipular médias do que é aceitável ou não. A população entendida como um fenômeno de natureza se distancia de uma ideia de “uma coleção de sujeitos de direito diferenciados por seu estatuto, sua localização, seus bens, seus cargos, seus ofícios” (2008, p.98). É nesse momento que se insere a população no regime dos seres vivos e se passa a pensar no sujeito como sujeito da “espécie humana” onde há uma inserção biológica primeira.

Foucault, em sua definição de população, nos apresenta o último ponto de constituição, o público (2008, p. 98). Para o autor, o público seria a população pensada a partir de suas opiniões, comportamentos, formas de fazer, hábitos, tudo aquilo que se age por meio de campanhas, convencimento e educação. A população é “tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público” (2008, p. 99). Portanto temos uma nova forma de compreender a realidade por meio da população que por sua vez saca o poder do soberano/rei e direciona ao governo. "O rei reina, mas não governa"(2008, p. 99).

Para além das alterações físicas no espaço urbano (criação de espaços coletivos, aterramentos, calçamentos e a nomeação de ruas) desenvolvidas na

primeira metade do século XIX, por parte das elites regionais em Desterro, outras dinâmicas de intervenção orientavam as tendências na cidade que atravessavam a vida da população, dentre elas as criações de associações de homens letrados, que tinham como objetivo a formulação de espaços de cultura onde se incentiva o desenvolvimento intelectual. As discussões que guiavam esses grupos eram desenvolvidas a partir de leituras literárias e estudos, dos mais diversos, que estavam em circulação, e mesmo que se distanciasse do restante da população, carregavam consigo um projeto de civilização, e portanto se propondo a interferir no coletivo (SCHAFASCHEK, 1997, p. 41).

A formação intelectual, e, logo, a participação nesses grupos, era um privilégio destinado àqueles que poderiam despende de um tempo de ócio, se dedicando assim ao estudo e à reflexão. Na sociedade, mas principalmente entre as elites, pairava a ideia que o homem dotado de qualificações intelectuais alcançava as posições mais altas (SCHAFASCHEK, 1997, p. 114). É importante lembrar que no período colonial o governo português proibiu o estabelecimento de ensino superior na América portuguesa, o que não impediu que se formasse uma elite intelectual em território além do mar, a qual se confundia com uma elite econômica, visto que, para se frequentar as universidades europeias eram necessários recursos financeiros.

Podemos observar na produção de Ribeiro de Almeida a presença de ideias iluministas, guiadas pela centralidade do sujeito e pelo privilégio do conhecimento como forma de saber por excelência em sua produção. Aristóteles, em a *Ética a Nicômaco*, nos apresenta algumas categorias de saber, entre elas o saber *episteme*. Até o século XVII, essa forma de pensar e assim buscar a verdade, era apenas mais uma forma de saber perante outras que atravessavam o indivíduo. Foi com a modernidade, a partir de filósofos como Bacon, Descartes e Newton, que essa forma específica de saber vem a ser considerada como a forma de saber por excelência para se alcançar a verdade sobre as coisas, o saber como conhecimento. “Desde então, o saber-conhecimento, consolidado no século XIX como saber científico, se tornou hegemônico, sem fortes contestações de peso intelectual, até fins do oitocentos com Nietzsche” (AZEVEDO, 2003, p. 14). Quem aborda melhor essa questão é André Nunes de Azevedo em sua tese de doutorado em história social da cultura, *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*.

“Conhecer é essencialmente representar” (2003, p. 14), essa é a definição inicial de Azevedo em sua tese. A origem semântica da palavra “representar”, vem de apresentar de novo, como algo novo ou algo que vem uma outra vez. A discussão se preocupa mais aqui em explicar a importância do prefixo “Re”, do que a influência em si daquilo que vai ser apresentado novamente, pois é o “Re” que age sobre “apresentar”, dando-lhe novo significado, assim como o sujeito age sobre a natureza. Segundo Azevedo a re-apresentação de algo vem, agora, guiada pela ideia, sendo só através do sujeito que se pode haver conhecimento. Portanto sendo o sujeito nessa forma de saber o ponto de início e o que possibilita a compreensão de todas as coisas.

O conhecimento científico na modernidade se torna o saber por excelência, pois é através dele que se pode produzir saberes, “Tal saber, como se via, consiste fundamentalmente aquilo que se interroga pela via das categorias, no uso do método” (2003, p.15), pois é a partir do método que é possível elaborar um caminho até o conhecimento. O saber-conhecimento busca a objetividade naquilo que está questionando para conseguir melhor responder, dessa forma conseguindo melhor representar. É também com essa base que podemos observar a importância das estatísticas para o saber governamental moderno, como instrumento que possibilita um saber-conhecimento sobre a população. No caso de Desterro, e em especial na pesquisa desenvolvida por Ribeiro de Almeida, o médico se preocupa em “apresentar a etiologia das moléstias”, se interroga sobre “causas que as produziram”, e é através dos dados levantados através das estatísticas sobre a saúde da população, as enfermidades que os atingem e a sua alimentação, os batismos e óbitos, por região e por ano, que está propõe formas de intervir na vida dos habitantes da ilha, nas moradias, hábitos e costumes, justificando essa intervenção como a função do governo através desse conhecimento.

Contudo, o saber científico, tanto na produção do médico sanitário, como também no geral das produções do período que compartilhavam as mesmas bases, eram desenvolvidos sobre pressupostos racistas, o que pensando na aplicação dessa nova forma de conhecimento em políticas públicas, favorece ações discriminatórias como veremos no decorrer do trabalho.

Pensando na função do médico, é interessante lembrar que cada período histórico tem as suas formas de compreender a doença e as formas de exercer a cura, estabelecendo critérios próprios do que seria um corpo sã ou um corpo

doente. Durante o século XIX, no Brasil, temos a apropriação desse saber como conhecimento como projeto de um saber hegemônico pelo regime monárquico e detrimento de outras formas de saberes. É nesse cenário que a comunidade acadêmica, os lugares de divulgação do conhecimento científico e as formas nas quais eles podem ser mediados se tornam os espaços por excelência na busca por hegemonia do saber como conhecimento.

Betânia Gonçalves Figueiredo, historiadora da ciência, nos alerta sobre a problemática de utilizarmos termos como divulgação, popularização e difusão científica. Primeiro por que, tal concepção aplicada ao XIX seria uma transposição de um termo inicialmente empregado a partir do século XX, além disso, a ideia de divulgação científica pressupõe um “movimento estruturado, envolvendo técnicos governamentais de diversas áreas (educação, tecnologia e cultura)” (2005, p.61), localizados em escolas, jornais, sociedades científicas, entre outros espaços e que buscam fazer a divulgação do conhecimento científico para a ampla população.

Na sociedade há um aprendizado que se constrói de forma informal, fora da academia e nos espaços de sociabilidade nos meios urbanos. Quando um médico conversa com um paciente sobre um mal que causa angústia, quando um boticário explica o efeito de determinado remédio com um enfermo, são cenários em que esse saber é sistematizado com a população leiga.

No entanto, quando se trata dos locais afastados do espaço urbano ou mesmo os espaços desamparados pelas estruturas públicas, quem ocupava o espaço de comunicador eram os dicionários ou manuais de medicina (quando não outros agentes da cura, como curandeiros e feiticeiros). A procura por médicos acadêmicos pela população não era comum durante o século XVIII e só foi se construindo durante o século XIX. Como aponta Figueiredo (2005, p.62) “Esta forma de delegar ao outro, preparado em espaços acadêmicos formais, a competência para avaliar o estado de saúde do seu corpo foi forjada, junto à população brasileira, ao longo do século XIX”. A procura por um médico científico era uma condição não presente nas necessidades habituais de boa parte da população.

Os médicos, em geral atendiam de forma itinerante, se estabeleciam em uma cidade, geralmente em hotéis, como o próprio caso de Ribeiro de Almeida, atendia na localidade ou até onde era possível a cavalo ou barco. A fiscalização daqueles que poderiam exercer a atividade da cura nos meios oficiais era pouco eficaz mesmo que durante o século XIX fosse possível observar o recrudescimento do

controle, principalmente sobre aqueles que exerciam o saber da cura por meios não científicos, como os curandeiros, boticários ou as parteiras.

A relação médico paciente passa por duas grandes mudanças no século XIX: a primeira seria a medicina como a arte por excelência da cura, estruturada sobre um saber microscópico e que exigia um método específico para ser manuseado; a segunda mudança se vincularia à primeira ao pensarmos que esse saber em exercer a arte da cura estaria vinculado à figura do médico, sendo esse desenvolvedor de um olhar especializado, erudito que se distinguia do saber popular sobre as artes da cura (2005, p.65). Essa construção da figura do médico cria cada vez mais um distanciamento entre ele e o paciente, e o conhecimento do corpo, das doenças e da saúde são sistematizados e o espaço por excelência a academia.

É nesse cenário de estruturação do saber médico que podemos nos deparar com os manuais de saúde e medicina que circulavam no Brasil. Eles apresentavam um papel de divulgadores do conhecimento médico acadêmico em comunicação com conhecimento popular. Dentre eles temos os manuais do doutor Chernoviz tendo suas principais obras: o Dicionário de medicina popular e ciências assessórias (1842) e o Formulário e guia médico (1841).

Na primeira metade do século XIX, a capital da província de Santa Catarina começa a produzir uma retórica sobre a higiene pública, pautada na regulamentação urbana, e estabelecendo as hierarquias sociais. O combate às epidemias estava embasado nas teorias científicas da época, onde a inalação dos miasmas poderia ser um dos principais vetores de contaminação, mas sendo o próprio combate às moléstias que circulavam de forma sazonal da Ilha o vetor para ações da administração pública na ordenação do centro urbano e vigilância do contingente populacional (SILVA, 2009, p. 5-6).

Os princípios científicos começaram a circular na sociedade e pelas elites locais, era o meio para explicar os adoecimentos da população e os surtos epidêmicos. As condições do meio levantavam a discussão sobre a higiene no centro da cidade, e a ciência retornava orientando as medidas normativas que condicionaram a salubridade na ilha. Para tanto buscava-se alertar a população contra a desordem urbana e a imoralidade destacadas como a causadora da insalubridade.

Desterro encontrava escassos recursos financeiros no início do século XIX para investir em obras públicas e na melhoria da infraestrutura urbana, a

administração pública não tinha contingente para a fiscalização que determinavam as posturas municipais. No entanto, buscavam formas de promover as reformas e o saneamento, assim como um sistema de vigilância das condutas populares.

Capital da província catarinense, núcleo do poder político e econômico, além de reunir diversas repartições públicas, Desterro era uma cidade portuária. A circulação dos navios que ancoravam na ilha, trazia consigo jornais que circulavam na Corte, orientações do comércio e política (GARCIA, 2006, p. 23). No entanto, essa mesma condição de fácil circulação de culturas e pessoas livres, era motivo de preocupação, principalmente se tratando da circulação de doenças. O porto era local privilegiado quando se tratava de propagação de pestes, sendo responsável por trazer e espalhar as epidemias que vinham da capital do império.

Os surtos epidêmicos eram tidos como propulsores da desordem urbana, o que demanda um controle da população, em especial a escravizada e pobre. Schafaschek (1997), em sua dissertação de mestrado, apresenta o conceito dos “sem família” como o principal motivo de incômodo pela administração pública. Frente a essa situação, dois pontos preocupam o poder local: o primeiro seria o controle da pandemia e o segundo o controle da insubordinação. A alta taxa de mortalidade é o que leva a solicitação do relatório de salubridade sobre as condições da ilha, já as medidas de controle da epidemia precisavam de mais cautela, afinal, poderiam dividir os agentes da cidade e, portanto, levar à perda de poder político.

A condição anti-higiênica do porto não foi o único espaço que levantou preocupação para a administração de Desterro, já desde a década de trinta havia discussões sobre o aspecto anti-higiênico do comércio que ficava na praça largo da matriz, e como poderia ser sanado a partir da construção e regulamentação de um mercado público. As barraquinhas que estavam na parte baixa da praça e junto ao mar vendiam os mais diversos gêneros produzidos no interior da ilha (SCHAFASCHEK, 1997, p.17). É só em 1845, com a visita da família real, evento este que mobilizou a cidade e alterou a aspecto urbano, com reformas e pinturas de prédios públicos, faz de uma província afastada do centro da Corte a estadia por quase 30 dias do casal real. E é nesse contexto que as barraquinhas são transferidas para um terreno baldio próximo a Ponte do Vinagre e do forte Santa Ana, onde por muito tempo ficou a capitania dos portos (SCHAFASCHEK, 1997, p.20), com o intuito de apresentar a cidade mais urbanizada para a corte. Com o

retorno do casal real, há uma movimentação política, liderada por João Pinto da Luz, político catarinense e líder do partido conservador (SCHAFASCHEK, 1997, p.20), para o reaproveitamento do local liderado pelas barraquinhas para a construção do novo mercado público que vai ser inaugurado em 1851.

Dentre os argumentos utilizados pela administração da cidade para a remoção das barraquinhas e a reorganização do espaço de comércio de alimento era que o local era um antro de “gatunos” e “vadios”<sup>5</sup>. Em abril de 1831 a seguinte queixa foi apresentada a Câmara Municipal para a solicitação da remoção das barracas:

“reconhecendo a C. M. damno público resultado das barracas por conta da Fazenda Nacional alugadas a pessoas immorais e athé escravos e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo gênero de prostituições”<sup>6</sup>

Partindo do princípio de que parte da população que residia na localidade era de negros e pardos, tanto livres como escravizados, não é difícil identificar aqueles que eram tachados como “gatunos” e “vadios”. Essa associação entre a população negra e parda com o perigo para a ordem urbana pode ser visto nesses casos de interferência no espaço público, mas também está na base das políticas sanitárias que buscavam associar a população negra e parda a um perigo que rompe a barreira do sujeito e atingem condições endêmicas. Como pontua Chalhoub em *Cidade febril*, “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias” (1996, p. 29). O resultado disso é medo e insegurança, justificado pelas teorias médicas, no qual determinados sujeitos eram um perigo e uma ameaça para a vida em sociedade, o que legitima uma intervenção sobre os hábitos desses sujeitos e uma ação violenta sobre esses corpos. Sujeitos esses que são estigmatizados como “classes perigosas”, tendo o que circula a sua definição não só a questão criminal, mas a moralidade, costumes e hábitos.

As necessidades de transformações sanitárias, higiênicas e médicas dos espaços onde a população circulava, junto com um remodelamento urbano, emerge a noção de população como um espaço de regulação, intervenção e principalmente

---

<sup>5</sup> Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Ata da Sociedade Patriótica Catarinense. 6ª sessão do Conselho, em 29 de abril de 1832

<sup>6</sup> P.M.F. L.º 583, apud CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio. *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis - Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p.75

afirmam ela como o objeto final do Estado brasileiro. A ação governamental se desdobra tanto na população como também nas relações em que ela mantém com o espaço em que se encontra, sendo então essa junção entre população e cidade o objeto da tecnologia policial da governamentalidade brasileira com vista a um objetivo modernizante, e tendo o modelo europeu como o ideal a ser seguido. As intervenções no espaço urbano, nos hábitos e nos próprios corpos da população, vem como a pretensa discussão sobre a melhora da saúde, colocam o problema da segurança como uma justificativa para a intervenção e regulação governamental. Os corpos dos indivíduos, componentes da população são vistos através de processos biológicos e espaços onde o saber médico, a higiene e os sanitaristas exercem poder. O grau de saúde das pessoas, a mortalidade e natalidade da população, as condições sanitárias em que se vive, a concentração de indivíduos em aglomerados urbanos, dentre outras, são fontes de conhecimento para o governo.

## CAPÍTULO 2

### 2.1- Ao redor do Ensaio sobre a salubridade

O processo de institucionalização do saber médico no Brasil começa a ganhar forma com a interiorização da Corte em 1808, decorrente do conflito com as tropas francesas de Napoleão. A criação da Escola de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia na mesma data de vinda da família real, a migração da Fisicatura-Mor<sup>7</sup>, responsável pela normatização do saber acadêmico, a criação da Imprensa Régia e a divulgação através dos primeiros jornais dos trabalhos científicos ou mesmo a publicação dos livros técnicos possibilitou a formação de um espaços de sociabilidade onde o público letrado circulava as suas ideias e formulava opiniões.

Nos anos que se seguiram, o Império foi formando seus primeiros intelectuais em território nacional. Já nos primeiros anos da segunda metade do século XIX, o fortalecimento da produção cafeeira, dessa forma mudando o eixo econômico do país, do nordeste para o sudeste, fez com que os interesses de determinadas elites econômicas influenciassem as instituições científicas, como no caso das disputas das escolas de direito de São Paulo (1827), de uma base liberal, e Recife (1828), de base social darwinista, no contexto da criação de um Código Civil nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 24-25).

Segundo Lilia Schwarcz, não é de fácil identificação a origem social dos intelectuais da monarquia. Entre a visão de grupo composta pela aristocracia agrária e por outro resíduo de um segmento urbano novo em contraposição às antigas elites rurais, Lilia está mais convicta em classificar esse grupo como em sua maioria não vindo das classes mais pobres, ao mesmo tempo em que não eram totalmente oriundos das classes mais abastadas, por sua vez não tendo tanta necessidade de defender os interesses das classes dominantes (SCHWARCZ, 1993, p. 25).

Mesmo uma parte dos intelectuais brasileiros sendo pertencentes a famílias proprietárias de terras —não quer dizer que sejam grandes latifundiários—, a sua composição era urbana, logo isso também acabava por influenciar a atuação social deles, quando estavam se afirmando cientificamente. Inicialmente, construído esse cenário, é que iremos analisar a trajetória de João Ribeiro de Almeida, médico

---

<sup>7</sup> Órgão responsável por regular as atividades médicas ou “artes de cura”.

encarregado em 1863 de elaborar um relatório sobre o estado de salubridade da Ilha de Santa Catarina com o foco principal na capital, Desterro.

Nascido em 16 de maio de 1829 no Rio de Janeiro, João Ribeiro de Almeida, filho do escrivão Bernardino de Souza Reis de Almeida e de sua esposa, Anna Maria de Freitas e Almeida, se formou em Bacharel em Letras pelo colégio Pedro II e doutor em Medicina em 1851 pela Faculdade de Medicina da Corte. Antes de ter concluído o curso, em 1850, serviu no Lazareto<sup>8</sup> do Hospital da Nossa Senhora do Livramento na epidemia de febre amarela que se alastrava na Corte desde dezembro de 1849 (OLIVEIRA, 2005). Em 1852 começou a servir no corpo de saúde da Armada, atuando em diversas comissões no Rio da Prata, Santos, Paraíba e Uruguai. Em 1857, embarcou para a Europa na corveta *Imperial Marinheiro*<sup>9</sup>, retornando em 1858.

Durante a sua trajetória, Ribeiro de Almeida, foi contemplado com diversos títulos. Quem faz o levantamento deles é Augusto Blake, médico e escritor brasileiro que viveu no mesmo período do autor referenciado. Em *Diccionario bibliographico brasileiro*, o autor elenca os seguintes títulos:

“Título do conselho do Imperador D. Pedro II e médico da imperial câmara; é cirurgião-mor reformado da armada; medico efetivo do hospital da ordem terceira de S. Francisco de Paula; membro da academia nacional de medicina e do instituto histórico e geográfico brasileiro; dignatario da ordem da Rosa, cavaleiro da de S. Bento de Aviz e condecorado com a medalha da companha do Paraguay.” (BLAKE, 1898, v.4, p. 45)

Em sua tese na Faculdade de Medicina, defendida em 19 de dezembro de 1851, argumentou sobre a variedade e os níveis de gravidade de escarlatina<sup>10</sup> e os seus modos mais eficazes de combater a doença. Durante a sua viagem à Europa, acompanhando a corveta *Imperial Marinheiro*, escreveu um relatório estudando os melhoramentos e inovações úteis para o serviço de saúde da Armada, apresentando-o junto com o retorno do navio em 1858.

---

<sup>8</sup> Leprosário. Local de controle sanitário, onde as pessoas faziam quarentena nos hospitais.

<sup>9</sup> É possível identificar como era a dinâmica dentro dos navios em PESSOA, Sabino E. **Viagem da Corveta Imperial Marinheiro nos anos de 1857 a 1858 a diversos portos do Mediterrâneo e do Atlântico**. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1860. Apud OLIVEIRA, Paula Maria de. **Hospital de São Sebastião (1889-1905): um lugar para a ciência e um lazareto contra as epidemias**. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

<sup>10</sup> Doença bacteriana, associada à faringite, causa lesões de pele e tem como principal transmissor o homem via gotículas de saliva, havendo maior propensão a aglomerações em ambientes fechados.

É possível identificar o início da estadia de Ribeiro na ilha a partir de 1860. Através do jornal *O Argo da Província de Santa Catharina* localiza-se a divulgação de serviços de médico “onde pode ser procurado, a qualquer hora, pelas pessoas que o quiserem honrar com a confiança”<sup>11</sup> no seu consultório, rua do Príncipe N° 12. Além da atuação como médico particular, Ribeiro de Almeida, perante nomeação, participou da comissão que tratava da regulamentação do transporte de imigrantes<sup>12</sup>. A comissão respondia ao Art. 27 do decreto N° 2.168, que buscava regular o transporte de imigrantes. O artigo orientava que para “examinar o estado dos navios, e a situação dos emigrantes a bordo, e para julgar as infracções deste Regulamento, haverá huma Commissão de julgamento”<sup>13</sup>, além de indicar os cargos vinculados à área da saúde e os responsáveis por avaliar os navios. A estadia do médico encerra em novembro de 1864, onde conseguimos identificar através de informações presentes no registro do porto publicado em *O Mercantil*, jornal voltado a política, comércio e notícias, um pouco mais da vida pessoal de Ribeiro de Almeida, onde rumo ao Rio de Janeiro embarcou com a sua família, dois escravos e uma criada<sup>14</sup>.

Em 1871, publicou um estudo sobre as condições de higiene dos navios encouraçados, das moléstias frequentes e decorrentes deles, e sobre o combate às causas de insalubridade. Já em 1878, escreveu um formulário para uso dos hospitais e enfermarias de marinha junto com os colegas de marinha os doutores Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo e Bento de Carvalho e Souza (BLAKE, 1898, p. 46).

Além desses trabalhos, em 1870, o médico também fez breves considerações sobre alguns documentos trazidos do Paraguai para a revista do Instituto Histórico, e em 1886, no *Jornal do Commercio*, publicou As novas tabelas de marinha, um compilado de diversos artigos. Faleceu em 1908 aos 79 anos, no Rio de Janeiro, a causa não foi revelada nos jornais.

Enquanto esteve em Desterro, Ribeiro de Almeida foi empregado na Companhia de Aprendizes de Marinheiros da província. A presença do nosso autor

---

<sup>11</sup> *O Argos da Província de Santa Catharina*, março de 1860, n° 566, p.04.

<sup>12</sup> *O Cruzeiro*, abril de 1860, n°23, p.01.

<sup>13</sup> BRASIL, Decreto N° 2.168, de 1° de Maio de 1858. Approva o Regulamento para o Transporte de Emigrantes. Rio de Janeiro. em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/195755-approva-o-regulamento-para-o-transp-orte-de-emigrantes.html>. Acesso em: 31 de fevereiro. 2022.

<sup>14</sup> *O Mercantil*, novembro de 1864, n°392, p. 03.

nela, nos possibilita pensar a funcionalidade da instituição na cidade. Segundo Velor Pereira Carpes da Silva em sua dissertação de mestrado, *A Escola de Aprendizizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*, a Companhia de Aprendizizes da Marinha estaria estreitamente vinculada à "educação das crianças pobres, em meio a um processo empreendido pela elite desterrense de tentativa de (re)enquadramento destas crianças no espaço público" (SILVA, 2002, p. 2) dessa forma não sendo mais uma ameaça o projeto civilizatório, que buscava traçar uma divisão entre espaço público e privado. Essa discussão era cara, também, para Ribeiro de Almeida, como poderemos observar no decorrer do trabalho.

É possível identificar através de jornais, que as atribuições na Companhia tiveram uma breve pausa, quando em maio de 1860, se ausenta da suas funções como primeiro cirurgião e junto com a sua esposa vão em viagem para o Rio Grande do Sul com a aprovação do imperador, mas com o indicativo de retorno rápido<sup>15</sup>.

O principal legado deixado pelo médico militar em Desterro, foi um relatório sobre as circunstâncias do estado sanitário da província, intitulado como *Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catharina e em particular da cidade de Desterro*, remetido por ordem do governo em setembro de 1863, ao então presidente da província Pedro Leitão de Cunha, que ficou no cargo de 1862 a 1863, sendo suprido pelo seu colega de partido liberal Francisco José de Oliveira, que ficou de forma interina no cargo até abril de 1864.

Com base nos levantamentos populacionais feitos nos municípios da província de Santa Catarina, listados nos anos que antecedem o ensaio, Ribeiro de Almeida busca utilizar a redução no crescimento populacional de Desterro como um indicador da falta de salubridade do município. Lembrando que o contingente populacional era indicativo de civilização na época, esse aumento populacional que foi desejado pelo autor acabaria desembocando no século seguinte nas transformações urbanas.

Através dos levantamentos feitos entre os anos de 1852 e 1859, é possível identificar como a capital não acompanha o movimento populacional dos outros municípios. Desterro em 1852 tinha 23% da população total da província, já em 1859 tem 17% do total, sendo junto com São José, os únicos municípios que

---

<sup>15</sup> O Cruzeiro, maio de 1860, nº24, p.01

sofreram um declínio percentual populacional no período dentre as 7 localidades pesquisadas. Se Desterro apresentava redução proporcional na taxa de habitantes, em contrapartida Laguna se apresentava em 1859 com 24%<sup>16</sup> da população da província, passando nessa data o número absoluto de habitantes da capital (ALMEIDA, 1864, p. 5).

Nos levantamentos de dados sobre o desenvolvimento populacional, até mesmo os mais recentes utilizados na pesquisa do doutor, corroboram para a conclusão sobre a falta de base material e social capaz de assegurar a melhora na saúde dos indivíduos da ilha, mesmo que segundo o autor não haja exatidão nas informações presentes no levantamento. Utiliza-se dos dados estatísticos para justificar a crítica às condições de salubridade da ilha à medida que afirma também a falta de exatidão de alguns dados. Em determinada situação o autor afirma que se utilizou da “opinião de muitas pessoas de critério e perfeito conhecimento da localidade”(ALMEIDA, 1864, p. 16), contrapondo os dados estatísticos com as estimativas levantadas por informantes “qualificados”.

Busco pensar os agentes que ficam no entorno do ensaio de duas maneiras. Uma mais literal, como os habitantes de Desterro, tanto as elites intelectuais e políticas da cidade, como as classes mais pauperizadas: pescadores, prostitutas, soldados, lavadeiras, que foram objetos da crítica do autor. No entanto, também é possível pensar esses agentes tal qual, e agora me utilizando a concepção de funcionamento de uma cidade apresentada pelo autor, “homens de direito”, que na cidade se organizam para desfrutarem das artes, ciências e do comércio, de modo que tem preocupações com a saúde pública, a propriedade e a indústria e que por isso tem o “direito inquestionável” (ALMEIDA, 1864, p. 1) de gozarem inteiramente das condições necessárias para a vida.

Para Ribeiro de Almeida (1864, p. 1) “a salubridade, a propriedade e a indústria nem sempre vivem em boa harmonia” e para evitar que frente aos seus direitos e deveres surgissem recriminações infundadas se faz necessário um órgão que legislasse sobre as ações desses agentes. Com base nessa afirmação, que o autor do ensaio deixa claro que “Nenhuma nação civilizada deixou de legislar nesse

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que o município de Laguna não havia recebido a imigração de colonos no período em questão, e a comparação com Desterro se faz com o intuito de demonstrar que a diminuição do número de habitantes, proporcional a província, na capital.

sentido” (ALMEIDA, 1864, p.2) e classifica os órgãos de legislação que foram criados no Brasil:

“a Junta Central de Hygiene Publica na corte, das commissoes de Hygiene nas grandes províncias e de provedorias da saúde publica nas outras de menor importância, o regulamento de Hygiene e policia sanitária” (ALMEIDA, 1864, p.2)

Embora esses órgãos que legislavam sobre a saúde pública no Brasil tiveram sido criados de forma “tardia e de modo bem incompetente” (ALMEIDA, 1864, p.2) em Santa Catarina pouco influenciaram, e uma das principais críticas levantadas pelo doutor se assentou sobre na falta de conhecimento de tais meios por aqueles que deveriam ter o trabalho de fiscalizar, que nem mesmo havia o interesse de multar quem descumprisse as leis, muitas essas que “nenhum damno causaria aos magros cofres municipaes (sic)” (ALMEIDA, 1864, p. 2).

Mesmo que na Desterro da segunda metade do século XIX fosse possível observar alguns desses lugares desenvolvendo uma discussão sobre o saber científico, a falta de estruturação e principalmente a falta de uma política pública educacional nos apresenta um quadro oposto a ideia, sendo no século XIX, cedo para se identificar uma divulgação científica. No entanto, não impossibilita pensarmos nos espaços onde o saber acadêmico pode circular em Desterro.

Já nas primeiras páginas do trabalho do médico, é possível vislumbrar quais eram os cenários onde o saber acadêmico circulava na capital da província. Se por meios oficiais a pesquisa elaborada por Almeida se apresentava como um relatório —me refiro ao fato dela ter sido encomendado pelo presidente da província como tal— buscando discutir a “circunstância sobre o estado sanitário da província” (ALMEIDA, 1864, p. 1), na procura de uma ampla divulgação para “satisfazer aos pedidos de amigos” (1864, p. 1), que desejavam ter acesso a cópias da pesquisa, eram os jornais o espaço por excelências para tal necessidade. Essa circunstância se dava principalmente frente a dificuldade de conseguir copistas em Santa Catarina.

A publicação do ensaio foi feita através do jornal *O Despertador*. O periódico esteve circulando em Desterro durante 22 anos, entre os anos de 1863 a 1885, sendo a divulgação do trabalho de Ribeiro de Almeida feita nos primeiros anos do Jornal. Na publicação que antecedeu o Ensaio temos a seguinte introdução:

“O relatório do Sr. Dr. Ribeiro.- Em nº anterior deste jornal dando nós noticia de ter sido publicado este

interessante trabalho do Sr. Dr. Ribeiro de Almeida, prometemos transcrever o para conhecimento do publico; porem a afluência de matérias para terem imediata publicidade nos tem privado de satisfazer a promessa, agora, porem que vão escaceando, aproveitamos a ocasião para cumprir nossa promessa; em consequência hoje damos começo a publicação. Para elle chamamos a atenção do publico ilustrado.”<sup>17</sup>

Após isso publicou-se a primeira sessão do Ensaio sobre a salubridade de Desterro desenvolvida pelo médico militar carioca, estendendo-se até 1865 com 220 publicações, completando o trabalho. A década que antecede a publicação do relatório sobre a salubridade de Desterro é marcada pela consolidação dos partidos locais concomitantemente com a afirmação da imprensa periódica na Ilha. Em 1850 se estabeleceu como governador da província João José Coutinho, vindo do Rio de Janeiro e bacharel pela faculdade de Direito de São Paulo, Presidente da Província do Partido Conservador ficando na administração até 1859 fazendo o mandato mais duradouro do regime imperial. O fato ganha mais relevância uma vez que, como aponta Ilmar Rohloff de Mattos, em seu trabalho sobre *O Tempo Saquarema*, os presidentes de províncias ficavam no cargo em torno de 6 meses, o que era uma das principais reclamações no regime imperial brasileiro, sendo prejudicial para a administração da província. A permanência de 9 anos na liderança no governo era favorecido pelo prestígio que gozava o alto escalão do partido conservador.

Na pesquisa desenvolvida sobre os periódicos que abordavam a questão educacional em Desterro no período imperial, Schafaschek constata uma função pedagógica exercida pela imprensa na capital, que tinha como intuito principal exercer uma normatização dos costumes (SCHAFASCHEK, 1997, p. 8). Em geral, tanto na pesquisa recém mencionada, como também na pesquisa que aqui estamos desenvolvendo, é possível ter uma percepção da dimensão do processo educacional da população desterrense.

Os artigos publicados em jornais, como o Ensaio, podem ser vistos como “indicadores socioculturais” (1997, p. 9), não expressam uma totalidade da realidade, no entanto, nos permitem interpretar através do que está escrito, a partir do momento que não os analisamos de forma individual, nem deslocado do seu contexto. Além disso, esse tipo de fonte é privilegiada, sendo um importante meio de expressão da visão de mundo de uma época, pois carrega consigo a produção analítica de uma realidade de um grupo.

---

<sup>17</sup> *O Despertador*, setembro de 1864, nº174, p.02

Era comum em Desterro, no início da produção jornalística, que em suas edições houvessem publicações de artigos de jornais de outras províncias, especialmente da Corte do Rio de Janeiro, mas também não era raro encontrar artigos de jornais franceses, além de crônicas e novelas de outras cidades. A presença de tais artigos era uma técnica recorrente e estava vinculada à escassez de conteúdo nos periódicos locais, que muitas vezes não conseguiam preencher uma edição, forçando a completar com matérias de outros centros urbanos. Frente a tal fato Schafaschek observa que:

“Na maior parte das publicações tratando da questão educacional houve o objetivo de comunicação e interação com os leitores, já que o tema apareceu com frequência nos editoriais e, ao publicar-se textos transcritos de outros locais, os editores preocupados, algumas vezes, em fazer um pequeno texto introdutório ou comentário final.” (1997, p. 13)

Essa preocupação pode ser vista também na publicação do ensaio de Ribeiro de Almeida, inicialmente desenvolvido para ser um relatório, só após liberação para a publicação impressa que a pesquisa recebe um preâmbulo em que o médico introduz o trabalho reforçando a sua necessidade frente ao contexto da Ilha e busca um diálogo com a população, recebendo uma nova roupagem de ensaio.

As revoltas populares que eclodiram na regência (1831-1840), algumas motivadas por ideias separatistas, deflagraram um nacionalismo principalmente nas províncias de via anticolonial. A relação entre portugueses e nacionais era de animosidade, pois os primeiros eram detentores dos principais comércios urbanos, além dos postos políticos. Segundo Camargo, o "sentimento nacional insípido e reativo, que só afirmava uma unidade na negação de uma outra identidade" (2016, p. 179). Os conflitos só começam a se resolver com o golpe da maioria de D. Pedro II com a instauração do governo moderador. Mas é só após a década de 1850 com a ascensão da ideia de Estado-nação que se estabelece uma unidade política e ações de infraestrutura e a consolidação da nacionalidade.

O projeto civilizatório passava pela afirmação de uma cultura própria influenciada pelas elites letradas com a criação de espaços de sociabilidade, institutos e estabelecimentos de ensino. Camargo (2016, p.160) comunica que o nacionalismo engajado pelas elites burguesas, tinha em sua tecnologia liberal, mapas, censo e a liberdade de imprensa, um efeito duplo. Os mapas e censo ajudavam a delimitar e legitimar o território, que no período colonial tinha em suas fronteiras estabelecidas por referências religiosas e tradicionais, e agora se

configurava através de funções administrativas, configurando uma nova identidade coletiva no território; Já quando se trata da liberdade de imprensa, a partir dela é possível conhecer os interesses e desejos da população nacional, a imprensa eleva a discussão apontando as expectativas dos nativos frente às ações dos funcionários da metrópole.

Havia o desejo de “fazer ciência” pois era algo universalmente reconhecido perante uma nação civilizada, o que era crucial para qualquer país novo. Eram teorias e técnicas que eram importantes para a construção de uma sociedade urbana industrial, sendo importantes para a democratização da soberania. Em Desterro, mesmo não participando dos grandes atores provinciais, é possível perceber o diálogo com o contexto nacional.

O *Catarinense* em 1831, foi o primeiro jornal a ser fundado em Desterro. O Jornal representava os interesses da Sociedade Patriótica Catarinense e era composto em sua maioria pelos deputados da Assembleia Legislativa Provincial, dentre eles, seu fundador, Jerônimo Francisco Coelho. A Sociedade era representante dos interesses do grupo político que no futuro iria construir o partido liberal na província. Segundo Oliveira, a Sociedade Patriótica Catarinense, instituição de curta existência – fundada em 1831, e dissolvida em 1836 – foi um dos veículos de formulação e propagação de problematizações relativas à salubridade do espaço urbano de Desterro” (1990, p. 199).

Adeptos ao iluminismo francês, as ideias liberais e de modernização do espaço urbano estiveram no cerne das discussões sobre o progresso e civilização da ilha. Esse posicionamento estava correndo em direção aos interesses da iniciante burguesia leitora do jornal e oriunda do comércio local. Em suas páginas O Catharinense trazia o antagonismo entre nacionais e portugueses, buscava motivar os nativos na disputa dos espaços públicos, em especial os cargos públicos que em sua ampla maioria eram ocupados por portugueses. (SCHAFASCHEK, 1997, p.14)

Em 1832, criou-se o primeiro gabinete de leitura da capital da província, engajado por Jerônimo Coelho, era decorrente dos anseios de uma elite local frente a inexistência de uma política educacional na ilha. Segundo apresenta Garcia (2006, p. 109) a cidade tinha em torno de sete mil habitantes e nem dez por cento da população sabia ler e escrever. Assim como nas outras cidades do império, a alfabetização era privilégio dos membros da elite. Com o intuito de articular um espaço literário para os desterrenses, os membros da Sociedade Patriótica

Catharinense colocaram à disposição cerca de 800 livros (SCHAFASCHEK, 1997, p.18). O gabinete não teve uma vida muito longa e foi dissolvido em 1836.

Mesmo que uma pequena parte da população desterrense soubesse ler, as notícias nos jornais tinham circulação pois existia uma oralidade transmissora das informações que fazia as notícias atravessarem as camadas do tecido social. Por tanto, os periódicos tinham a função para além da divulgação, o reforço de conceitos, juízos de valores de uma categoria social ligada ao poder e já dissolvidos na sociedade.

O Jornal *O Catharinense* divulgava os ideais modernizadores que eram concebidos nos grandes centros urbanos da época e que no império eram difundidos a partir do Rio de Janeiro, o periódico repercutia as notícias do exterior, em especial da França, e apontava necessidades de conservação do centro urbano, como o caso já citado da demolição das barraquinhas que ficam em praça pública. É importante ressaltar uma diferença, quando se trata das repercussões das notícias francesas no jornal, o que estava presente não era um artigo que buscava ocupar lacunas nas páginas, mas a sua funcionalidade vinha em reforçar os ideais liberais defendidos pelo periódico.

É na segunda metade do século XIX, com o processo de urbanização vindo do desenvolvimento econômico decorrente das atividades portuárias, que uma vida cultural próspera em Desterro (1997, p.19). O público leitor dos jornais começa a crescer, não são mais só os funcionários civis e militares a categoria letrada da ilha, os grupos que se elitizaram com o comércio da farinha de mandioca, o contrabando e o transporte de mercadorias começam a se alfabetizar na capital.

Junto a isso é importante ressaltar que os jornais “uma vez que não existia diário oficial, cabia à imprensa publica: as atas da Assembleia Provincial, os atos oficiais, as reuniões da Assembleia Provincial, as leis, decretos e decisões do governo, deixando entrever uma intrínseca relação entre os setores públicos e privados” (GARCIA, 2006. P.113). Isso por sua vez servia como forma de garantir a subsistência dos periódicos.

O aparecimento de uma nova elite vinculada ao comércio começa a disputar os espaços de poder na capital, e a imprensa se torna o porta-voz dos interesses dos candidatos políticos. De modo geral, a imprensa na monarquia brasileira ocupava o papel de trampolim político, a dependência de financiamento do meio de comunicação criava um elo entre os interesses particulares e os jornais, junto a isso,

acrescentava-se o papel de divulgadora dos valores morais e sociais. É entre as páginas dos periódicos que se encontrava a expressão da mentalidade dos “articuladores da notícia e seu público alvo” (GARCIA, 2006, p. 114).

Os periódicos que circulavam em Desterro, tanto os produzidos na capital da província, como aqueles que vinham de outros centros urbanos por vapores, eram divulgados entre uma parte da população. No entanto, a sua relevância não pode ser medida apenas pelo limitado círculo de leitores letrados. A imprensa exercia a sua relevância ao expressar os interesses dos grupos que dominavam os cargos públicos e “direcionavam a vida político-cultural da Província” (SCHAFASCHEK, 1997, p.31). No entanto, em um discurso mais geral se colocava como portavoza dos interesses do povo.

Os jornais tinham uma função crucial na propagação da “civildade”, interesse esse principalmente defendido pela elite proprietária, que necessitava do mínimo de unidade para garantir o poder na ilha. Schafaschek (1997, p.32) esclarece que os jornais eram uma forma de fiscalizar as condutas populares e concomitantemente prescrever condutas civilizadoras. A educação da população passava pela construção de um projeto político, econômico e cultural novo, moralizando os indivíduos e cultivando os bons costumes.

É importante ressaltar que a imprensa exercia uma função pedagógica, a normatização dos costumes presentes nas entrelinhas dos jornais ditavam o comportamento popular. Porém, se por um lado conseguimos ver de forma explícita os interesses de uma classe dominante, nas entrelinhas, o discurso dos subalternos se faz presente, e como aposta Rosicler Schafaschek em sua dissertação de mestrado “a fala de qualquer grupo social é sempre uma interlocução com outro grupo” (1997, p.157)

Por intermédio da imprensa, e em nome da civilização, buscava-se organizar a vida pública. Os jornais propagavam valores no intuito de pedagogizar a população da capital, e os padrões defendidos eram pautados na decência, moderação e civildade, dessa forma buscando controlar os comportamentos indesejados. Era possível localizar nos jornais reclamações dos descumprimentos das posturas municipais, como no caso da crítica feita a fiscalização do comércio de carne no mercado público no Jornal *O Argos*, por Jose Joaquim Lopes:

“Ha (por infelicidade de uma grande parte dos moradores desta capital) um edificio com alcunha - praça de

mercado onde entrão e sahem homens de diferentes nações, costumados ávêtaes estabelecimentos em todos os paizescivilizados, e por elleavalião o atraso em que estamos a respeito da civilização! - é uma vergonha para todos aquelles dos nossos concidadãos que sabem apreciar devidamente a boa ordem regularidade e bom regimem: alli ha tudo inversamente A respeito dos açougues, não fallemos. Nada ha mais Immundo nem mais repugnante! a immoralidade e o desaforo fizerãoalli sua residência. Quantas vezes não se tem alli vendido ao povo carne já deteriorada!”<sup>18</sup>

A denúncia deflagrada por José Joaquim Lopes sobre a falta de higiene no comércio de carne em Desterro também pode-se perceber na pesquisa desenvolvida por Ribeiro de Almeida:

“No verão é grande o numero de rezes que ahi se ajunta, pois que muito gado desce de Lages nessa estação, em que as estradas, graças ao Sol, se conservão menos péssimas; ora, não podendo talhar-se senão o numero de rezes que comporta o consumo, o resultado á conservar-se o gado por muito tempo em tão tristes condições. Quasi todo é acommottido de diarrhéas abundantes, definha rapidamente, e senão succumbe á epizootias diversas, vem ao talho e ao consumo nesse deplorável estado: Eis porque no verão a carne exposta a venda é em grande parte rija, coriacea, arroxada e facilmente putrescivel. Em paiz em que se conhecesse o que é policiasanitaria, tal carne não se venderia, aqui, porem, vai-se mais longe.” (ALMEIDA, 1864. P.40)

As duas críticas, para além da questão da higiene pública, inseriram Desterro numa relação com outros centros urbanos. É importante lembrar que devido à condição portuária de capital da província de Santa Catarina “funcionava como uma espécie de porta-para-o-mundo, sendo intenso o movimento de navios trazendo pessoas de diversos pontos do globo” (SCHAFASCHEK, 1997, p.52), que se por um lado influenciava nas trocas culturais, por outro confrontavam os governantes com os problemas de higiene pública e desordens urbanas.

Não era em todas as circunstâncias que os Jornais se colocavam a favor da higiene pública, nos casos de costumes religiosos era possível identificar vozes se levantando frente a medidas modernizadoras que vinham para reorganizar o espaço e costumes urbanos, que por sua vez eram conflituosas com as tradições religiosas. O cenário mais vibrante estava vinculado ao cemitério público, anterior a criação desse espaço quando havia óbitos, uns dos locais por excelência para os enterros

---

<sup>18</sup> O ARGOS, maio de 1859, nº.447, p.01

eram as irmandades religiosas onde o costume com os finados da casa matriz era visto como motivo de prejuízo a saúde pública.

A cultura popular era sempre vista como um vetor para degeneração dos costumes. A década que antecede a publicação do relatório de salubridade como relata Schafaschek (1997, p. 61) “foi a de maior concentração de escravos na cidade, sendo seus hábitos bastante visados no item Tranquilidade Pública das Posturas Municipais”. Nesse contexto, os jornais buscavam neutralizar a influência dos africanos, escravos e libertos, pois na visão da época, seus costumes vinham em direção contrária aos modelos de civilização que buscavam ser empregados pelas elites locais. As manifestações populares eram tidas como imorais ao mesmo tempo que as associações e manifestações de membros da elite eram defendidas como sinal de civilização.

Era frequente também questões tratadas como de utilidade pública, principalmente quando se trata da divulgação de trabalhos médicos, como no caso já citado da estadia de Riberio de Almeida na ilha. No entanto também era comum propagandas de medicamentos milagrosos:

“Um médico inglês descobriu um remédio singelo e eficaz para curar a tísica pulmonar, a qual consiste em untar-se o enfermo todos os dias por espaço de meia hora o peito, as espáduas e o constado com tanta quantidade de toucinho quanto se possa sumir nesse tempo. Diz a Correspondência de Espanha que se tem feito por este meio curas prodigiosas”<sup>19</sup>

Mesmo que existissem críticas às técnicas de cura utilizadas por curandeiros, benzedeiros e raizeiros, por se utilizarem de ervas e práticas de origem indígenas de tratamento das moléstias, a ausência de medicamentos europeus e a escassez de médicos em Desterro, reforçava os hábitos de automedicação e a utilização das técnicas de medicina popular (FIGUEIREDO, 2005, p.6).

Os jornais foram se tornando espaços de vigília da saúde pública, notificando enfermidades e instruindo a população sobre quais remédios tomar, mesmo que dentro dessas indicações os tratamentos indicados, com base no raciocínio científico da época, não conseguissem tratar dos males. É possível ver esse tipo de prática no seguinte caso:

“Sendo sumamente prejudicial a prática ainda em voga no interior de algumas Províncias do Império de recorrer-se, na falta de vacina, a inoculação do fluido de

---

<sup>19</sup> O Argos, nº 781, de 12 de setembro de 1861.

bexigas, como preservativo delas, quando aliás semelhante meio, longe de afugentar a peste, não faz mais do que atear-la e perpetuá-la; Há por bem, sua Majestade o Imperador, que V. Ex. empregue as mais eficazes providências para que tão perniciosa prática seja de todo banida da Província a que V. Ex. preside”<sup>20</sup>

A referência a saúde pública nos jornais de Desterro podem ser vistos como uma extensão dos poderes da administração pública, e serviam como divulgação das ações governamentais. Os periódicos, tanto em Desterro como no império, estavam ligados ou ao estado ou a oposição, mas sempre defendendo os interesses políticos das elites.

O jornal no qual o trabalho do Dr. Ribeiro de Almeida foi publicado era vinculado ao partido Conservador. A ênfase no saneamento físico e moral que está presente no trabalho do médico militar, também pode ser visto nos periódicos de outros lugares do Brasil imperial. O processo de identificação passa pelo reconhecimento tanto de lugares como também de agentes suspeitos, identificados por trajes, modos de falar, formas de viver, sendo sempre ressaltado suas características físicas e seus hábitos culturais, que acabavam por ir contra os padrões estabelecidos de civilidade, e recebiam nem em raras situações a classificação de perigosos (MAUCH, 1994, p.16).

---

<sup>20</sup> O Conciliador nº 7, de 30 de maio de 1849, p.1.

## 2.2 O ensaio

O ensaio desenvolvido por Ribeiro de Almeida, como já citado, tem como objetivo estudar a causa do alto índice de mortalidade de Desterro. A Ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, era conhecida pela imagem de um lugar salubre. O médico, indagado pela contradição da descrição positiva da cidade frente aos dados elevados de mortalidade, apresentados através de mapas de polícia, relatórios de estado, tabelas hospitalares, além de sua própria experiência como morador e médico na capital, busca aplicar um método de análise de referência francesa para explicar a região tropical.

Abordando questões como a geografia do lugar, a alimentação popular, os espaços de vida da população (casas, ruas e bairros), condições de trabalho e hábitos populares, que implicam na saúde pública. Em seu discurso, o médico conclui que os problemas de salubridade no espaço urbano da capital estão sistematicamente vinculados com a pobreza e a sujeira. Por tanto, me debruço nesta última parte do trabalho, a comentar os tópicos descritos por Ribeiro na época de produção do ensaio, utilizando como categorias de análise alguns conceitos de Foucault, especialmente o de governamentalidade, ao mesmo tempo que busco contextualizá-los em uma bibliografia que se aprofunde nos detalhes do que as ideias do médico sanitaria queriam dizer.

Para isso vou utilizar de quatro pontos que atravessam o trabalho, comunicam o conhecimento e o justificam: no primeiro ponto apresento as categorias de análises de Desterro selecionadas por Ribeiro, e que para o autor, expressavam o que estava em torno da análise sobre a salubridade de um local; no segundo, investigo como a investigação do médico se justifica na realidade concreta de Desterro, para isso aprofundo a discussão sobre as estatísticas e tabelas que Almeida utilizou para dar materialidade a sua pesquisa; em seguida, levanto as bibliografias utilizadas no ensaio e que serviram na construção narrativa do trabalho para desenvolver o que foi recolhido através dos levantamentos estatísticos; e por fim reflito sobre exemplos de países que foram utilizados como exemplo no diagnóstico das condições de Desterro.

### a) Categorias de análise da salubridade em Desterro

Ribeiro de Almeida, aponta que a principal causa da insalubridade na província estava vinculada às condições geográficas, que mesmo que fossem diagnosticadas pelo autor como “condições estáveis e permanentes” (ALMEIDA, 1864, p. 16) eram consideradas responsáveis pelas moléstias que assombravam a capital. Seguindo as teorias científicas da época, o meio ambiente era o espaço decisivo para a manutenção da saúde pública (GARCIA, 2006, p. 42) passando a ser objeto de observação no momento em que pode causar risco à vida humana. No ensaio, o autor aborda as características geográficas por três pontos: clima, natureza do solo e águas. Três pontos esses que serão meu guia na discussão sobre as condições geográficas da ilha.

Ao se aprofundar sobre o clima em Desterro, Ribeiro de Almeida deixava claro que seu principal referencial teórico sobre o assunto era Auguste Ambroise Tardieu, médico francês, cientista forense e Presidente da Academia Francesa de Medicina. Entre seus trabalhos mais relevantes está *Étude Médico-Légale sur les Attentats aux Mœurs*, estudo forense de crimes sexuais, e o *Étude Médico-Légale et Clinique sur l'empoisonnement* sobre a medicina legal do envenenamento, trabalho esse que o fez se estabelecer como autoridade no assunto em seu tempo (LABBÉ, 2005). Em *Dictionnaire d'Hygiène Publique* a conclusão apresentada por Tardieu, e compartilhada por Ribeiro de Almeida, pensa o clima como um conjunto de condições físicas que por sua natureza exerceriam influência sobre os “seres organizados” (ALMEIDA, 1864, p. 17). É com base nessa influência na população que justifica a necessidade de análise do clima da ilha durante o trabalho, e sendo para Ribeiro, o conhecimento sobre essa variável como essencial para o exercício do poder no governo na capital.

Segundo as análises apresentadas pelo médico, o clima<sup>21</sup> da Ilha nunca foi sentido abaixo de 8°<sup>22</sup> no inverno nem acima de 27° no verão, por outro lado, a variação repentina térmica durante o dia poderia chegar a uma diferença de até 12°. A atmosfera da Ilha é fortemente influenciada pelo mar, junto com a umidade elevada e as bruscas variações de temperatura, o que contribuía para a proliferação de moléstias (ALMEIDA, 1864, p. 18), e junto com o vento sul, nos dias de calor,

---

<sup>21</sup> Utilizo a palavra clima, mesmo que o contexto da frase esteja se referindo a temperatura, com o finalidade de ser fiel a fonte.

<sup>22</sup> Os graus são em Réaumur 8 graus Réaumur equivalem a 10 graus Célsius, 27 graus Réaumur equivalem a 33.75 graus Célsius, e a diferença de 12 graus Réaumur equivalem a uma variação de 15 graus Célsius.

baixa repentinamente a temperatura atuando sobre o órgão torácico, causando asma e bronquite. Era compreendido na época que o ar atmosférico influenciava os animais e vegetais ao ponto de ilustrarem que estes são ar atmosférico condensado e, portanto, “A acção do ar não conhece limites; quando puro é o *pabulum vitae*; se é viciado constitue a mais terrível cauza de molesstias” (1864, p. 19). Portanto, ao considerar que o ar atmosférico estava vinculado a saúde ou doença, as condições que vinham a alterar o seu comportamento indicavam a salubridade do lugar.

No que tange a natureza do solo, constata Ribeiro de Almeida, que é quase todo de natureza argilosa, de subsolo granítico, e devido a isso, o terreno tem pouca permeabilidade à absorção das águas da chuva. Com base nessa análise, o médico afirma: “É precisamente o que acontece em muitos lugares senão em toda a ilha. Lagoas e lagoinhas, que nellas se encontram, o que são senão águas estagnadas? Pântanos, brejos, tremedaes não faltão” (1864, p. 21), os lugares onde melhor se pode ver essa situação são nas proximidades da Rua do Passeio e Mato Grosso, ou mesmo entre as ruas da Tronqueira e Fonte Grande.

Era de responsabilidade das Câmaras Municipais, a quem competia a política administrativa e econômica da cidade, a organização das posturas. Em Desterro, os malefícios decorrentes da estagnação das águas inspiraram a Câmara Municipal em seu código de postura de 1845, no artigo 16 do capítulo 2, a exigir dos proprietários de terrenos em que houvesse pântanos a sua dessecagem, e caso não feito, estes estariam sujeitos a multa, no entanto, como aponta Almeida, assim como outros artigos do código, nunca tiveram princípio de execução (ALMEIDA, 1864, p. 21).

A ilha tem uma costa de 172 km, originalmente era coberta pela mata atlântica, tem elevações de maciços rochosos, planícies com vegetação restinga, manguezais e áreas planas de sedimentação. Em um espaço de aproximadamente 425 km<sup>2</sup> há uma variedade de ecossistemas. A insularidade se destaca, uma vez que cada ambiente insular pode ser considerado um ecossistema, o que durante a história sempre despertou o interesse de exploradores e navegantes europeus, como podemos observar no próprio trabalho de Ribeiro de Almeida, ao citar referências a Desterro nos seguintes trabalhos: *Voyage Medicale autour du monde executee sur la corvette la coquills ammandee par Duperrey, pendant las annees de 1822 a 1825* de René Primevère Lesson, naturalista francês; e no *Diccionario Geographico*, historico e descriptivo, do imperio do Brazil, escrito pelo militar francês

Milliet de Saint-Adolphe, que ajudaram no trabalho do médico a contextualizar o local e as condições de salubridade da ilha.

O espaço urbano de Desterro se construiu a partir da Praça e da Igreja, se expandiu através da orla marítima e em busca de fontes de água potável. Ao pensar na circulação das águas em Desterro, podemos nos utilizar do próprio relato de Ribeiro de Almeida. Em seu ensaio, o médico apresenta os três principais cursos d'água:

“O Rio Vermelho corre sobre terreno arenoso e vai desaguar a leste da ilha; os dous outros Ratonos e Tavares, desaguão na margem occidental espraçando de passagem suas aguas nas varzeas alagadiças que lhes vão vizinhas” (1864, p. 22).

Além dos cursos d'água, existe uma “grande lagoa que comunica com o mar”. Mesmo pensando que havia perigo à salubridade quando se trata de água estagnada, o perigoso estava menos presente nas lagoas do que nos charcos, nome com o qual Ribeiro de Almeida descreve as poças de água criadas ao lado dos riachos.

Na sessão do trabalho em que aborda a questão “das aguas” na cidade, o médico se propõe a descrever os três riachos que estavam dentro dos limites do centro na capital. Dois deles desaguam na Praia de Fora, e o terceiro, central para a análise, é o riacho denominado da Fonte Grande. Atravessando parte da cidade, “em todo o seu curso serve de lavadouro público” (1864, p. 23) chegando a desaguar na praia do Menino Deus. Para ser utilizado como lavadouro, era necessário o represamento das águas com barreiras, assim criando charcos para a atividade. No entanto, Ribeiro de Almeida acusa o trabalho exercido pelas lavadeiras de criarem uma crosta metálica no solo onde passava a água, e devido à “quantidade de matérias de toda a espécie, resultantes da lavagem e dos despejos” (1864, p.23), esse resíduo se dissolvia na água que a deixava “escura e asquerosa”. Essa retenção das águas se tornava mais perigosa quando, pelas enchentes, se rompiam as barragens e as “águas negras, lodosas e nauseabundas” aumentavam os casos de infecção<sup>23</sup>.

Durante a sua explicação sobre o circuito da água do riacho da Fonte Grande, o médico buscou ressaltar, sempre que podia, as reações químicas decorrentes da ação das lavadeiras, ou seja, a mistura da água com os materiais que eram resquício da atividade. O autor do ensaio segue a descrição, e ao

---

<sup>23</sup> O tipo de infecção causada não é possível identificar no ensaio de Almeida.

observar como a chuva aumenta o fluxo da água, constata que “quando o cabedal d’água do riacho augmenta e que elle ganha em velocidade, então os gravas inconvenientes apontados diminuem consideravelmente, porque cessão as represas, não ha lavagens, o leito do riacho” (1864, p. 24). Ao informar que a força da correnteza impossibilita a ação das lavadeiras, conclui que a melhor solução para a situação é a canalização do riacho da Fonte Grande, levando a água da fonte, que era pura, até a cidade, dessa forma “transformava-se um foco de infecção em uma fonte de benefícios” (1864, p. 24).

A solução, para o médico, se apresenta de forma simples, canalização, e por isso segue com os seguintes questionamentos: “Que males podião d’ahi provir? A cessação da lavagem?” (1864, p. 24). Antes de aprofundar sobre a proposta feita, acho importante apontar que essa forma de levantar questões ocorre de forma frequente durante todo o trabalho do doutor, sendo, muitas vezes, possível entender certa ironia nas questões levantadas, como se as respostas estivessem ali, mas não fossem vistas.

Para o médico havia uma urgência na mudança das lavadeiras para um outro ponto da ilha. O grupo, composto majoritariamente por mulheres negras, para além de terem sua ocupação vinculada ao riacho, também constituíam moradia ali próximo, o que por sua vez era problemático para Almeida. Além da proposta de canalizar o riacho, o médico propõe a proibição “sob rigorosas penas, e por meio de boa fiscalização, a continuação da lavagem e dos atravancamentos e represas” (1864, p. 24). Proposta essa que de certa forma já existia, no entanto não se fazia cumprir.

No Código de Posturas de 1845, é possível observar tal preocupação. As ações governamentais buscavam proteger as poucas fontes que restavam na ilha da contaminação com a lavagem de roupas, o depósito de “imundícies” e também do sabão utilizado pelas lavadeiras (GARCIA, 2006, p. 47). No código de postura de 1845, é possível identificar o lugar previsto para a lavagem, em especial das roupas hospitalares, e a multa pra quem descumprice:

“As roupas dos Hospitais só poderão ser lavadas nos desaguadouros dos rios, juntos ao mar; de modo que as águas em que forem lavadas não sirvam mais. Os

contraventores serão multados em 4\$000 réis e nas reincidências em 8\$000 réis e quatro dias de cadeia”<sup>24</sup>

Mesmo com a proibição e multa, não se conseguiu coibir as práticas costumeiras, pois para a aplicabilidade da lei era necessário uma forte fiscalização, o que, na prática, não vinha a ocorrer. As preocupações apresentadas por Almeida, assim como a ação da câmara municipal, mesmo que nem em todos os casos exercida, indicavam uma relação entre o meio de existência da espécie humana, no caso em especial os problemas na geografia e hidrografia, e os seus efeitos na vida da população. Soluções como escoamento dos pântanos, encanamento dos rios, remoção de populações, e até mesmo afirmações como “transformava-se um foco de infecção em uma fonte de benefícios”, indicavam uma nova forma de pensar o ambiente na cidade de Desterro. Por um lado, a análise e propostas de Almeida se justificavam em uma racionalidade tecnocientífica, passando uma ideia de neutralidade e clareza nas ações que deveriam ser tomadas pela administração pública; e por outro lado, e levando em conta o caso das lavadeiras, nessa nova forma de racionalidade, havia uma sofisticação nas formas de segregação desses sujeitos no espaço da cidade. Através do discurso tecnocientífico se produzem novas categorias de análise dos habitantes de uma cidade, sujeitos que são vetores de um perigo no campo biológico, da contaminação. Sujeitos, que na sua existência e hábitos interferem na “coletividade” e no funcionamento de uma cidade, e portanto, tendo como única solução a sua exclusão.

Junto a sua preocupação com a qualidade da água, Ribeiro de Almeida levanta questionamentos sobre a quantidade de água que havia à disposição na capital. No objetivo de justificar tal preocupação o autor faz o seguinte exercício. Inicialmente apresenta um parâmetro de higiene pública, concebido por Tardieu:

“A quantidade de água proporcional que não está disponível para todos os habitantes de uma cidade é a indicação mais favorável do grau de saneamento atual; e a primeira condição higiênica que deve ser buscada no atendimento à saúde pública, é garantir o fornecimento e o cuidado fácil das águas para a manutenção da limpeza e também para os propósitos da saúde pública. alimentos, domésticos e industriais”<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> **Centro de Memória da ALESC.** Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. **Lei nº 222, de 10 de maio de 1845. Capítulo 2º. Artigo 25.**

<sup>25</sup> TARDIEU, Auguste Ambroise. **Dictionnari d'hygyene** 1 Vol. 1852. Pág. 490.

Com tal concepção justificando o parâmetro de higiene pública, o autor recorre a duas citações de autoridades da época para nos apresentar mais uma vez as condições do abastecimento de água da ilha. O primeiro é o Dr. Pereira Pinto, em um relatório da província, entregue na data de 1849, que ao comentar sobre a necessidade de um chafariz apresenta a seguinte situação: “estes até o presente bebem água de immundos poços, com o nome indevido de fontes, de uma architectura grotesca, e sem bellesa alguma.” (1864, p.24). A segunda referência apresentada por Ribeiro de Almeida é a fala do Dr. Brusque, na Assembleia Provincial em 1860 ao fazer críticas às águas estagnadas nos chafarizes do Campo do Manejo, Carioca e Palhoça, comenta com detalhes a condição das águas: “a impuresa e péssima qualidade das aguas e por si so um elemento formidavel de destruição e a origem de muita, emfermidades. Convem pois providenciar a este respeito” (1864, p.24).

Feita as menções, Ribeiro de Almeida, questiona qual seria a qualidade ideal que a água potável deveria ter, e para responder utiliza do *Anuario das aguas de França* escrito pelo General Board of Health, no conselho inglês responsável por assessorar as questões de saúde pública, como foco na prevenção de doenças:

“a boa agua deve ter: ausência de qualquer mistura de substancias animal ou vegetal, particularmente de toda a matéria em estado de putrefacção; mistura de um ar puro; doçura; ausenoia de toda a matéria terrosa ou mineral; frescura, ou temperatura media, que não seja nem muito elevada no verão, nem excessivamente fria no inverno; limpidez” (ALMEIDA, 1864, p. 24).

Frente a essa colocação e a constatação de que as águas das três fontes apresentaram matérias orgânicas em suspensão ou dissolução, devido ao fato que as três nascentes estarem até “poucos anos borbulhando no meio de pântanos” (ALMEIDA, 1864, p. 25), Ribeiro de Almeida justifica a ação popular de, no verão, beber água com açúcar para disfarçar o mal cheiro da água e o péssimo gosto. Usando uma análise da natureza do solo e com base em um conceito do que é potável que o médico busca justificar uma ação popular, que segundo o autor “é dessa água que o povo gosta” (1864, p. 26).

Essa constatação retorna às referências citadas e levanta o seguinte questionamento sobre as águas de Desterro “Terá a água das referidas fontes este conjunto de qualidades?” (1864, p. 25). Para além da análise da ação humana em contato com a água, com o levantamento de relatos de figuras de importância

social, com o estabelecimento de quais padrões a água potável deveria ter, Almeida faz algumas análises qualitativas e apresenta o seguinte resultado:

“resultou-me encontrar sempre uma certa quantidade de sulfato calcareo senão chega a tornar a agua incapaz do cozinhar legume e dissolver sabão, nem por isso deixa de ser inconveniente ao andamento regular da digestão. Não é pouco duvidoso que a agua das 3 fontes contenha matérias organicas em suspensão ou em dissolução[...] seu fundo lodoso, contendo detritusorgânicos, que são acarretados pelas águas e ingeridos pela população ” (1864, p. 25)

Existem alguns lacrimais na ilha onde é possível encontrar agua potável de qualidade, no entanto, ou estão longe da cidade, ou são propriedade privada, sendo seu acesso restrito A um pequeno grupo (ALMEIDA, 1864, p. 26). Em geral a “população bebe a água cuja aquisição é facil, ignorando sem duvida o mal que de ahi lhe pôde provir” (1864, p.26). Já entrando na discussão do mal que o consumo dessa água pode causar, Ribeiro de Almeida recorre novamente ao *Anuario das águas de França* para reforçar que “é bastante óbvio que diarréia, disenteria e outras doenças agudas ou crônicas foram determinadas pelo uso contínuo de alguns tampões de água dos pântanos ou poços de proporções muito grandes de matéria orgânica alterados. suspensão, em dissolução”(1864, p. 26).

O Médico da Marinha alerta que “não é esta a causa única das referidas moléstias”, mas que a falta de qualidade da água atua com força nas causas das moléstias. Retorna a questão da quantidade de água necessária, e para identificar a quantidade necessária para cada habitante por dia, Ribeiro de Almeida recorreu a Monfalcon e Polinière, em seu *Traite d’Hygienedes Grandes Villes*, onde cada habitante deveria consumir 10 litros por dia, Frente a isso, junto com a já levantada estimativa de sete mil habitantes que tem a Ilha, seriam necessárias 129,6 pipas de água por dia, o que acusa como insuficiente o médico.

Nas sua trajetória em estudar a qualidade e quantidade de água na ilha, o autor consegue concluir o seguinte: “Se é verdade que o desenvolvimento de uma cidade é limitado pela quantidade d’agua de que póde dispor, então o Desterro nunca excederá o que hoje é” (1864, p. 27) e reforça o que foi apresentado anteriormente sobre o encanamento das águas. A discussão apresentada por Ribeiro sobre o abastecimento de água na capital entra na lógica desenvolvida durante todo o ensaio, aplicação de um método europeu para uma região tropical, possibilitando como saída, o encanamento das águas, e tudo o que circula isso, como a intervenção no espaço natural e a movimentação das populações que têm

as suas habitações, formas de trabalhos e hábitos relacionadas às fontes de água da cidade. Essa saída, novamente, se justifica através de cálculos que visam uma melhora na qualidade de vida, a partir do momento em que se afirma que a quantidade de água que chega a população não supre as necessidades básicas de um corpo.

É possível perceber o mal abastecimento de água na capital, problema esse, que segundo Paulo Henrique Martinez em pesquisa sobre o histórico do abastecimento da água na cidade de São Paulo, se generalizou nas demais cidades brasileiras no século XIX (MARTINEZ, 2006). Mesmo a abundância ou disponibilidade das águas sendo um problema, como aponta Ribeiro, a maior questão estava no acesso e na qualidade do recurso, remetendo novamente à questão das lavadeiras. Os chafarizes eram o meios mais seguro de abastecimento público no meio urbano, contudo, uma opção mais comum para o abastecimento eram as bicas e fontes naturais, que, por sua vez, exigiam um deslocamento maior para a população além de oferecerem um risco maior de contaminação, devido à falta de qualidade na água nesses locais. Aqui a qualidade entra como um fator inquestionável, não que ela não fosse motivo de preocupação anteriormente, no entanto, agora, reflete preocupações com o abastecimento da cidade, o deslocamento da população e a saúde pública.

Em sua tese de doutorado, *Floresta, Agricultura e Cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX*, Susana Cesco, discute como se deu o abastecimento de água potável em Desterro, no período que sofria alterações urbanas adquirindo contornos de uma cidade e deixando de ser uma vila agrícola. No trabalho, a historiadora relaciona o abastecimento de água na cidade com o desenvolvimento da Ilha, abordando questões urbanas, como a ação que o homem infringe no espaço natural, o constante crescimento dos núcleos urbanos, faziam parte de projetos e ideias de civilização. O que está presente, em parte no relatório de Almeida, é o abastecimento de água potável como um termômetro que mede o grau de civilização.

Seguindo na linha do crescimento urbanos, mas agora atravessado pelas doenças que acometem uma população, às endemias trazem um novo fator para a análise dos médicos, e assim criando uma distinção das epidemias causadoras de mortes mais frequentes. Difíceis de extirpar, as endemias são fenômenos que começam a ser percebidos durante o século XVIII a partir da “forma, da natureza, da

extensão, da duração, da intensidade das doenças reinantes numa população” (FOUCAULT, 2005, p.290). Em uma análise estatística da população, às endemias seriam a morte permanente e constante, no entanto não eram encarnadas só dessa forma, pois na dinâmica social os sujeitos doentes significavam a “diminuição do tempo disponível de trabalho, baixa de energias, aumento dos custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar” (FOUCAULT, 2005, p. 290).

Efeito desse processo contínuo de adoecimento, que segundo o filósofo, no século XVIII se introduz uma nova medicina com o objetivo de exercer maior controle sobre a saúde da população e higiene pública. Organismos de normalização do saber, centros de informações de tratamentos médicos, campanhas de aprendizado sobre a higiene foram desenvolvidos no intuito da manutenção da vida, de exercer maior controle sobre as doenças, a natalidade e mortalidade da população. É sobre esse conjunto de fenômenos que atravessam a vida da população e que a tornam estratégicas para o cálculo político de poder de um Estado que Foucault chama de biopolítica, e que extrai o seu saber desses processos e portanto exerce seu poder com base neles.

É nesse processo de crescimento dos núcleos urbanos que as discussões sobre doença e salubridade das cidades são problematizadas em diversos aspectos que anteriormente estavam despercebidos ou não haviam sido problematizados. Os médicos, como Ribeiro de Almeida, no decorrer do século XVIII e XIX exerceram um papel essencial nas discussões em torno da Higiene Pública. Em 1829 é fundada a Academia Imperial de Medicina (AIM) que tinha como propósito relacionar os princípios teóricos e as soluções práticas com a realidade brasileira. Segundo análise de Alexandre Camargo em *A construção da medida comum estatística e política de população no Império e na Primeira República*, AIM se firmava sobre dois conceitos metodológicos, a constituição médica e a topografia médica. A primeira buscava entender como uma determinada doença que se manifesta de forma coletiva a partir do meio ambiente ou social; já a topografia médica analisava em uma área as doenças presentes, e seus desenvolvimentos por estarem compartilhando o mesmo espaço geográfico. (2016, p. 196)

Como citado em capítulo anterior, havia um consenso na medicina acadêmica do período oitocentista brasileiro, de que as doenças contagiosas eram, em sua maioria, transmitidas pelo ar, o que nas intervenções urbanas exercidas

pelos médicos e engenheiros durante o crescimento das cidades no Brasil se fundamentou na teoria miasmática.

Os estudos da época quando se referem a miasmas se baseavam na definição desenvolvida por Giovanni Maria Lancisi, médico italiano que viveu entre o século XVII e XVIII, designou por miasmas as emanações dessas áreas alagadiças, as quais eram resultantes da putrefação de matéria orgânica. Tais emanações poderiam produzir diferentes tipos de doenças. O miasma estava vinculado a quase tudo que estava relacionado com a insalubridade, Giovana Carla Mastromauro, reforça que no período “acreditava-se serem os miasmas emanações nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. Os miasmas seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gases formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais.” (MASTROMAURO, 2011, p. 1)

Ribeiro de Almeida durante o ensaio, ao analisar as epidemias de disenteria na província, afirma que as causas estavam vinculadas ao:

“excesso de humidade, que reunida ao intenso calor da quadra, constituía o calor húmido, isto é uma das mais poderosas causas de riqueza no mundo vegetal e de moléstia e ruína para o animal, pois que favorece os fenómenos de composição dos detritos orgânicos, e a produção de miasmas existentes em grandes massas nos pauescirouvizinhos, e em todas as fontes de infecção apontadas” (ALMEIDA, 1864, p. 76)

A teoria miasmática envolvia práticas de higiene que buscavam proteger o ar das emanações provenientes dos materiais orgânicos em putrefação. Seguindo a teoria miasmática, era possível em quase tudo desenvolver a emanação: multidões, excrementos humanos e animais, solos úmidos, pântanos, habitações mal construídas, cadáveres, hospitais, gente doente, doenças, água suja (MASTROMAURO, 2011, p. 3). O combate às emanações seria através de limpeza, drenagem, escoamento, evacuação e eliminação de resíduos orgânicos putrefatos.

A essência das enfermidades não pode ser deslocada do meio ou local de onde ela se propagava, portanto o foco do controle social se vinculava ao ambiente, em especial as águas e os ares. A atenção maior desse controle se fazia em ambientes fechados, como casas, hospitais e cadeias, onde havia maior instabilidade possibilitando um aumento nas condições de insalubridade. É possível observar que na teoria médica e higiênica brasileira, o território exercia papel fundamental no movimento da população, pois se entendia que os processos vitais

e orgânicos passavam pela condição ambiental, sendo essas as delimitadoras da salubridade e insalubridade. (CAMARGO, 2016, p. 196)

O conhecimento da higiene passava por uma base territorial. Era essencial para conhecer as patologias que circulavam, conhecer o clima, pois possibilitava elucidar as causas das epidemias e endemias. O controle da salubridade, até o final do estado imperial, era possível de se alcançar se houvesse um controle da umidade atmosférica, pois se por um lado ela “favorecia a densidade e a variedade da flora e da fauna, também respondia pelo estado de permanente contaminação”, decorrente das decomposições orgânicas que acarretavam as emanações mefíticas. Em Desterro, ao se tratar da estagnação de águas, pode-se observar, no já citado Código de Postura a tentativa de combate as emanações miasmáticas:

“Forão de certo os efeitos maléficos dessas estagnações, ou pelo menos o receio deles, que inspirarão a câmara Municipal de 1845 o artigo 16 do capítulo 2 de suas posturas; este artigo determina aos proprietários o prompto dessecação dos pântanos, que existão em seus terrenos e ao seu fiscal a confecção da obre por conta do proprietário, caso este não a tenha feito, pelo que será multado.” (ALMEIDA, 1864, p. 21)

Mesmo que a multa não seja aplicada, como critica Ribeiro de Almeida, a postura municipal de 1845 indica uma consolidação da teoria miasmática em Desterro e, para além disso, a ação do Estado frente ao saber desenvolvido. Essa teoria se mantém no Brasil até o início do século XX, mesmo que na Europa tenha sido refutada com os experimentos desenvolvidos por Louis Pasteur na segunda metade do século XIX, com a comprovação da existência de microorganismos como os causadores das doenças infectocontagiosas, que supera a doutrina da geração espontânea base da teoria miasmática (GARCIA, 2006, p. 49).

Na Desterro do século XIX, as convicções científicas, tanto desenvolvidas no trabalho de Almeida, como anterior a ele, nas Posturas Municipais, há um medo das exalações mefíticas. Junto a ele uma repulsa a população pobre e negra, que muito bem se materializa no Ensaio com a “necessária mudança das lavadeiras para outro ponto (remoto)” (ALMEIDA, 1864, p. 24). O saber científico reforçava as intervenções no espaço público e no cotidiano da população, alterando as práticas dos indivíduos e as relações que estes têm no espaço. Inicialmente ocorrem no campo das ideias e posteriormente se afirmam na realidade do ambiente da cidade.

A articulação do Estado frente às condições de higiene da cidade que Michel Foucault, em *A Microfísica do poder*, nos apresenta como embasada em uma

medicina urbana, que tinha como objetivo principal “o controle da circulação; não só dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar” (FOUCAULT, 1998, p. 53), faz do problema do contágio, das doenças epidêmicas o problema da cidade. Em Desterro, o saber científico de Ribeiro de Almeida realiza tal articulação, expressando o saber médico que deveria ser usado para gerir a cidade sob essas condições geográficas.

## **b) Estatísticas**

Logo nas primeiras páginas do ensaio, Ribeiro de Almeida nos comunica uma das principais bases do estudo, as estatísticas, apresentadas em vinte e uma tabelas ao longo de todo o ensaio. Em sua grande maioria, as estatísticas foram levantadas de outros documentos oficiais, como os relatórios das Províncias, mapas da Polícia, batizados, obituários do Hospital de Caridade, e uma outra parte se desenvolve a partir de análises do autor com apoio em teorias da época e os dados locais. As estatísticas, como aponta Bissigo em sua dissertação de mestrado sobre o recenseamento imperial de 1872, exerce uma função de exclusividade no Estado, quando possibilita um poder “elástico de compreender o passado, iluminar o presente e planejar o futuro” (2014, p. 18), que com base no iluminismo, e na figura central que o sujeito ocupa na compreensão do mundo, trabalha com evidências para conhecer os fenômenos sociais. Por ser um saber exercido pelo estado, e no caso da governamentalidade, como foco em compreender o que atravessa a população, busca dar clareza a extensão das possibilidades e os limites do Estado.

As estatísticas apresentadas durante o ensaio levantaram algumas questões que são importantes para entendermos como o conhecimento científico se consolidou em Desterro enquanto mecanismo de apreensão da realidade. Mas o que seria esse conhecimento científico? E qual sua relação com a estatística? Nascido com *episteme* clássica, essa forma de pensamento condiciona o saber-conhecimento como a forma por excelência do saber, indicando uma ordenação dos seres e das coisas, que só pode ser acessível pela razão. E como já mencionado antes, conhecer é essencialmente representar, pois coloca o sujeito como ponto de origem, sendo só através dele que se pode conhecer algo. O sujeito ao ocupar o centro da investigação filosófica, ao ser o referencial de entendimento

da realidade, constitui a base da razão moderna, da razão estatística, sendo essa forma de classificação por meio da razão a maneira mais pura de representação (CAMARGO, 2016, p. 19).

As equivalências, bases dos esquemas de classificação, podem ir da língua, a cor, nacionalidade ou idade ao infinito das possibilidades, mas só podem ser constatadas a partir daqueles que são quantificáveis. É nesse sentido que fenômenos como a natalidade, a mortalidade e a salubridade, motores das discussões do ensaio, só podem ser conhecidas no nível da população, se manifestando quando “o governo se tornar reflexivo em relação aos seus próprios domínios de atuação” (CAMARGO, 2016, p. 19). Em raiz disso é que pode surgir um cálculo político, que com base nas séries estatísticas com dispositivos como tabelas, gráficos, cartogramas, pode antecipar e prevenir possíveis cenários.

Quando se trata dos dados populacionais relativos ao crescimento da população em Desterro, segundo Aline Gabriela Klauck, após a vinda dos imigrantes anteriormente citados, em comparação com as demais capitais de províncias, e com a instrumentalização dos dados estatísticos como fonte para compreender o movimento demográfico, é possível identificar uma certa lentidão no desenvolvimento e que só iria ganhar ritmo em meados do século XX. Em levantamentos feitos na bibliografia da época a autora destaca os dados levantados pelos seguintes autores:

“Para o capitão Krusenstern, que aqui esteve em 1803 e 1804, a “cidade que está construída em um local muito agradável, consiste de cerca de 100 casas mal construídas, e é habitada por 2.000 ou 3.000 portugueses pobres e escravos negros”[...] Em 1814, o capitão UreyLisiansky anotava que “por uma estimativa do governo, a população soma, no presente, a 10.142 almas, das quais umas 4.000 são negras”. Lesson, em 1822, registrou “18.000 almas”. Para outros, em 1821 as habitações chegavam a mil e a população alcançava a cifra de 4.336 pessoas. Oswaldo Cabral, por sua vez, ao fazer referência à colocação dos primeiros lampiões para a iluminação pública em 1837, menciona que a população ainda não chegava a 5 mil habitantes, referindo-se provavelmente apenas à área urbana central, isto é, à freguesia do Desterro” (KLAUCK, 2018, p.58)

Em monografia sobre a presença de africanos nos levantamentos estatísticos do século XIX, Bissigo utiliza “mapas” prontos de população para 1797, 1814 e 1820; compilação de listas nominativas para 1843 e a legislação para 1852 e 1872 (2010, p. 47-59) para identificar as formas de classificação da população africana em

Desterro, observando o número total dos habitantes; o estatuto jurídico (“condição social”): livres, forros e escravos; sexo; origem e cor. Os dados populacionais apresentados através de bibliografia de época feito por Klauck ou os mapas populacionais levantados por Bissigo, não são de conhecimento de Ribeiro de Almeida, para o médico:

“Uma boa estatística é indispensável para servir de base a estudos desta espécie, e é cousa difficilima de obter, em Santa Catharina especialmente, ata ano de 1836 nenhum documento estatístico official pude encontrar, e que achei feito até 1852, talvez mesmo até 1860, não merece fé alguma; são trabalhos de tal ordem que um ex-presidente da província os qualificou de imaginários”. (ALMEIDA, 1864, p. 5)

No entanto, para o objetivo final de Ribeiro, o desconhecimento desses dados não interfere na análise. O que Almeida busca com os dados estatísticos, é compreender a movimentação da população em um determinado período de tempo, é uma análise crítica. Anterior ao relatório, não foi possível encontrar nesta pesquisa, autor em seu tempo que instrumentalize os dados populacionais com o objetivo de perceber as movimentações demográficas da capital, indicando que em Desterro, pelo menos até a primeira metade do século XIX, não havia preocupação com essa forma de conhecer, de aprender, sobre o lugar e sobre a população. O que estaremos desenvolvendo por aqui é em qual momento essa nova forma de pensar a cidade se torna relevante, e pelo tom que nos comunica Almeida se desenvolveu através de disputa.

A primeira estatística<sup>26</sup> apresentada nos mostra os dados da população por cada município da província. Na tabela, o levantamento populacional é feito entre os anos de 1852 a 1859, estando os anos de 1854 e 1857 fora da listagem. Contudo, o que é exposto de inovador pelo médico é uma divisão municipal que anterior a 1852 não ocorria, sendo agora possível comparar uma região com a outra. Assim, o médico faz constatar que a “população do município da Capital não acompanha o movimento progressivo de outros municípios” (1864, p. 7).

Esse compilado de dados populacionais, organizado por Almeida e exibido em forma de estatísticas no ensaio, não tem muitas informações sobre a procedência, no trabalho do médico não é possível localizar quem a produziu nem como esses dados chegaram até o autor. Mesmo que as informações sejam

---

<sup>26</sup> Tabela 1 “Da população da província por Municípios nos anos seguintes”

imprecisas, para o médico já sinalizam o problema do crescimento populacional da capital, que no decorrer do trabalho vai ser explicado pela falta de salubridade da ilha. A população da província de Santa Catarina, segundo a tabela, salta de 86.937 em 1852 para 127.786 em 1859. Para facilitar a compreensão numérica dos dados, Ribeiro de Almeida se utiliza da porcentagem de habitantes por localidade na divisão municipal. Em 1852 a capital tinha 23% dos habitantes da província e em 1859, 17%. No entanto a queda na porcentagem de habitantes por localidade não indica uma queda no número total dos habitantes -exceto de 1853 a 1855, onde a província passa de 20.912 habitantes para 19.923, vindo só a recuperar no ano de 1858- mas sim um baixo crescimento.

O que podemos concluir dessa primeira tabela é uma compreensão da cidade a médio prazo. Mesmo que os dados estatísticos sejam apenas dos anos de 1852 a 1859, sendo isso responsabilidade da falta de levantamentos anteriores, e não impossibilitou que esse cálculo fosse feito posterior ao ensaio, no entanto traçou uma forma nova de pensar o desenvolvimento da capital da província numa população, que agora, com a divisão municipal, não é mais genérica e pode ser comparada com outros lugares como veremos.

A segunda estatística<sup>27</sup> apresentada foi desenvolvida em 1860, publicada no relatório da província do Pres. Província Dr. Brusque, a partir dessa data Ribeiro de Almeida nos indica que os levantamentos estatísticos desde então são apresentados de forma mais confiável. A tabela do ex-governador, para além dos números e porcentagens populacionais apresentados na estatística anterior, o que é desenvolvido neste levantamento nos traz o número de nascimentos, óbitos, o excesso de batizados por óbitos, a porcentagem das mortes para a população do município, a relação de população do município pela província em forma de porcentagem e a taxa do crescimento de cada município. Além dos dados sobre os números de habitantes, podemos observar também uma outra forma de classificação para o ensaio, a população da província é dividida entre livres e escravos e entre mulheres e homens.

Até a data de apresentação do ensaio, mais dois relatórios de província foram publicados, o do ano de 1861 e 1862, no entanto, nestes dois trabalhos apresentados à corte nenhuma estatística populacional foi identificada por Ribeiro

---

<sup>27</sup> Tabela 2 “Estatística da Província de Santa Catharina no anno de 1860”

de Almeida (1864, p.10), fazendo o médico buscar os dados populacionais através do mapa da polícia<sup>28</sup> de 1862. “Convem notar que, não havendo mappa da população no anno de 1861, a que se refere o primeiro dos mapas, que vou exhibir necessário foi procurar o termo médio da população entre o de 1860 e o de 1862” (1864, p. 10). Esses dois mapas mantêm a metodologia apresentada pelo levantamento do Dr. Brusque, preservando o mesmo resultado, confirmando o quase nulo crescimento populacional. O único diferencial do levantamento anterior era a ausência das divisões de sexo e o estatuto social.

Alguns pontos são interessantes de repararmos nessas duas tabelas: O primeiro seria o número total da população da província, que na estatística desenvolvida para o relatório provincial de 1860 aparece como 114.597 habitantes, já na do mapa da polícia de 1862 com o número de habitantes em 135.032 e na estimativa do ano de 1859 o contingente populacional aparece com o número de 127.786, um número muito maior do que o ano que a sucede, o que para mim corrobora com as críticas feitas por Almeida sobre o próprio levantamento numérico dos anos anteriores a 1860; por fim, e mais importante, que o Centro da Capital – Agora há uma divisão entre Capital e resto do município- teve seu crescimento populacional próximo a zero (0,3%) entre os anos de 1860 a 1862, sendo quase igual ao número de nascimento aos de óbitos, uma vez que a média dos outros municípios da província era dois por cento (ALMEIDA, 1864, p.7).

A estatística desenvolvida pelo presidente da província, Dr. Brusque e retomada por Almeida no ensaio, possibilitam trazer à tona o conceito foucaultiano de biopolítica no intuito de entendermos a importância de uma contagem populacional, do levantamento de dados sobre a natalidade e mortalidade da população, e uma delimitação, mesmo que precária, de quem seria essa população. Durante a segunda metade do século XVIII, na Europa surge uma nova tecnologia de poder, definida por Foucault de biopoder, que se “dirige à multiplicidade dos homens” (Foucault, 2005, p. 289), na forma de uma população, na coletividade, que leva em conta fenômenos naturais que atravessam a vida dos habitantes de uma cidade e que necessita de instrumento que podem dizer sobre o conjunto dos habitantes como as estatísticas, distinguindo-se sem agir de forma separada no

---

<sup>28</sup> Tabela 3 “Mapa da população em 1862, e seu movimento por município”

exercício do governo, do poder que se exercia sobre o corpo individual, o poder disciplinar (2005, p. 289).

É importante ressaltar que na teoria do filósofo francês o estado moderno se constitui em duas bases: A anátomo-política e a biopolítica, cujo objetivo principal já não consiste mais, como no poder de soberania, em “fazer morrer ou deixar viver”; e sim em “fazer viver e deixar morrer” (2005. p.287). Anátomo-política, um procedimento institucional que busca disciplinar os indivíduos, é um poder que se exerce sobre o corpo, que diz respeito a um conjunto de regulações de condutas. O corpo é individualizado, separado e tem que passar por diversas sanções.

Já o biopoder é um conjunto de mecanismos que agem sobre o coletivo. Um poder que não atua na individualização, mas de forma massificante, que atua em uma massa global e que nessa condição são afetadas por processos naturais da vida como a natalidade e mortalidade, presentes na estatística desenvolvida por Brusque. Doenças e outros produtos que são bases para a manutenção da vida como a alimentação pública e a higiene, abordados no ensaio de Almeida e que começam a ser percebidos em Desterro a partir da segunda metade do século XIX, quase um século depois do surgimento na Europa, também são objetos do biopoder.

Essa forma de poder se exerce sobre o conhecimento da vida num sentido biológico, no sentido da preservação de um corpo e sendo esse corpo compreendido como de uma espécie. O biopoder é pensado através da mecânica do ser vivo, e com suporte dos processos biológicos como o controle da natalidade e mortalidade, da saúde da população, da preservação da vida e da longevidade. É esse processo que Foucault chamou de uma biopolítica da população “um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Um outro aspecto dessa tecnologia de poder, a biopolítica, é o mecanismo de previsão. Como base das estimativas estatísticas em uma relação global, a biopolítica intervém nos fenômenos (natalidade, mortalidade, saúde da população) no que eles tem de global: analisam o que vai ser preciso para prolongar a vida, baixar a morbidade, estipular a natalidade com base em comparações com outros lugares. Esse mecanismo de previsão, de certa forma, pode ser visto nas conclusões tiradas por Almeida após a análise da primeira tabela estatística do ensaio, ao comparar a Capital com Laguna, constatando a diminuição proporcional

da primeira frente ao crescimento populacional da segunda, e junto da estatística presente no relatório da província de 1860, onde se demonstra o crescimento quase nulo da Capital em um ano a diferença entre natalidade e óbitos embasando sua interação de que o problema de crescimento populacional estava vinculado a causas internas, em especial a insalubridade.

Os dispositivos que vão agrupar os esquemas de classificação e de estatística, podem ser vistos como gráficos, diagramas, cartogramas e tabelas, com isso se anula as individualidades, mas no coletivo da população se constroem as individualizações, “Neste processo, a cada um é sugerido que se veja através do outro, o que é efetivamente possível graças às equivalências que sustentam as estatísticas e fazem delas muito mais do que simples números. Equivalências que precisam ser construídas” (CAMARGO, 2016, p.19).

São essas novas tecnologias de poder, esses dispositivos que classificam e agrupam os indivíduos no coletivo da população, que geram dados de natalidade, de mortalidade, que estipulam a longevidade de um grupo que Foucault coloca como “os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica” (FOUCAULT, 2005, p.290).

Focando na questão da mortalidade, Ribeiro de Almeida recorreu às estatísticas dos últimos dez anos do Hospital de Caridade<sup>29</sup>. A organização das informações se deu por: Ano, de 1854 a 1863; número dos que se trataram durante o ano; número de mortos; a porcentagem da mortalidade por ano; e por último, a porcentagem geral consistindo em 18% o que foi criticado pelo autor (1864, p. 14). Almeida, ao comparar o Hospital de Caridade de Desterro com outros hospitais, também de caridade ou misericórdia, não conseguiu constatar a mesma condição, mesmo que esses tratassem de pacientes em situação similar ao hospital da capital.

A justificativa apresentada pelo médico retorna a questão da insalubridade que atinge o restante da ilha, no entanto, o que chama a atenção é a boa posição geográfica do hospital, “situado em que elle se acha é magnifica, pois é elevada, um pouco abrigada do impetuoso vento Sul, como soberba vista sobre a cidade e o porto; acresce que o hospital dispõe de excellente agua” (1864, p. 51), e que no entanto, não servia muito devido a excessiva mortalidade. Ribeiro de Almeida, por ter frequentado pouco o hospital, não sabe ao certo o motivo da insalubridade no

---

<sup>29</sup> Tabela 4 "Estatística do Hospital de Caridade durante os 10 últimos anos"

local, mas supõem que a causa da mortalidade poderia ter vínculo com a aproximação dos leitos e a pouca circulação de ar.

A discussão levantada por Almeida sobre o Hospital de Caridade de Desterro permite trazer algumas ponderações sobre essa instituição e sua funcionalidade na cidade. Segundo Foucault “A consciência de que o hospital pode e deve ser um instrumento destinado a curar aparece claramente em torno de 1780” (FOUCAULT, 1989, p. 99), portanto os hospitais concebidos antes disso não tinham como função a cura, havia uma diferença entre medicina e hospital, fazendo da medicina uma prática não hospitalar. A situação leva a pensar que Hospital de Caridade em Desterro, mesmo que oitenta anos após a constituição de uma medicina hospitalar, esteja preservando resquícios da antiga concepção de hospital.

Os pontos que corroboram para essa ideia, para além da alta taxa de mortalidade do lugar, estão vinculados até mesmo com a baixa frequência de Almeida na instituição, já que os médicos da época, por excelência, atendiam em consultórios particulares como citado anteriormente. No trabalho de mestrado de Armando Herberto Heldwein, sobre as modificações no Hospital de Caridade nos anos entre 1850 a 1950, em análise feita sobre o relatório do presidente de província do ano de 1855, no capítulo sobre os chamados de inválidos, relata que muitos daqueles que iam em direção ao hospital na busca de cura, não saíam dali, e que no ano de 1855 havia em torno de trinta “inválidos” residindo no hospital (HELDWEIN, 2004, p.120). Em outra análise de relatório de Pres. província, agora do ano de 1876, Heldwein aponta que o “Relator reclamava também de falta de compaixão de senhores de escravos que, após uma vida de serviços aos mesmos, quando idosos, fracos ou doentes enviavam-nos ao Hospital de Caridade, pois consideravam dever do mesmo abrigá-los” (HELDWEIN, 2004, p. 123), dando a entender que o Hospital de Caridade serviria mais como asilo.

Essa percepção vai em direção ao que Foucault nos aponta em a *Microfísica do poder*, “O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo” (FOUCAULT, 1989, p. 100), junto a isso, a segunda função que o hospital apresentava está na separação dos indivíduos perigosos, tanto para a população como para a saúde em geral.

Como que a medicina se tornou hospitalar? A hipótese levantada pelo filósofo é que houve um processo de positivação da instituição, no intuito de anular o caráter negativo, dos efeitos nocivos e da desordem, entendendo desordem como

associada às doenças das pessoas internadas que se espalhavam pela cidade, e que por consequência afetavam a economia (FOUCAULT, 1989, p. 101), fazendo dos hospitais militares como ponto da reorganização hospitalar.

Essa medicina que se desenvolve a partir do século XVIII compreende a doença como um fenômeno natural, seria uma ação particular do meio sobre o indivíduo. Quando o sujeito se relaciona com uma certa ação do meio desenvolve uma doença, “A água, o ar, a alimentação, o regime geral constituem o solo sobre o qual se desenvolvem em um indivíduo as diferentes espécies de doença” (1989, p. 102), portanto, a cura estaria vinculada aos elementos da natureza que circulam a natureza, o que por sua vez ajuda a justificar o interesse de Almeida em abordar o clima, as águas, a natureza do solo e a alimentação pública em Desterro para analisar a causa da insalubridade.

A próxima série de estatísticas apresentada está na sessão do ensaio que aborda a alimentação pública. Ribeiro afirma que teve dificuldade nessa parte para obter “bases para formar juízo seguro” (1864, p. 28). O objetivo do autor é tentar identificar se a alimentação pública contribuiu para a elevada mortalidade na Capital, e para isso se questiona se “Será ou não suficiente a quantidade de alimentos consumidos nesta cidade?” (1864, p. 29). Claro que essa questão não pode ser respondida como afirma o próprio autor, seria necessário ter acesso a um balanço de todos os armazéns da capital. No entanto, foi possível fazer o levantamento de dois gêneros de alimentos: carnes e pão. O cálculo apresentado por Ribeiro se construía nos dois casos com a subtração do número completo de arrobas do produto pela produção que era destinada ao exército, províncias vizinhas, colonos entre outros. Sendo o restante dividido pelo número de habitantes da capital.

Ainda na seção sobre a alimentação pública, Almeida, traz uma outra questão, a preocupação agora é sobre a composição dos alimentos apresentados e se eles suprem os “princípios indispensáveis à nutrição” (1864, p.33). Nessa parte do ensaio há todo um cálculo biológico, onde o alimento entraria para equilibrar as perdas do organismo e fornecer matéria para o seu desenvolvimento, no que o médico diria que é “indispensáveis ao jogo das funções e manutenção da vida” (1864, p.33). Com o objetivo de responder essa questão Almeida apresenta outra

modalidade de gráfico<sup>30</sup>, agora com o foco na quantidade de produtos químicos presentes na alimentação da população da capital, nos apresentando os alimentos analisados, a sua respectiva quantidade na estimulada dieta desterrense e por fim a quantidade de azoto, carbono e gordura presente em cada alimento (1864, p. 35). Em uma segunda tabela<sup>31</sup> nos apresenta a quantidade de azoto e carbono entre homens, mulheres, crianças e velhos (1864, p. 35).

Por fim, o médico militar nos apresentou o “Obituário da Cidade de Desterro de 1° de julho a 30 de julho de 1863”<sup>32</sup>. Nele vamos identificar a nomenclatura das moléstias, e o número de óbitos durante o período de julho de 1862 à junho de 1863, seguida de uma divisão etária e por sexo do número de mortos e, além de classificar entre livres e escravos, e entre nacionais e estrangeiros. Entre as estatísticas apresentadas no ensaio, esta é a que aparece de forma mais completa. Contudo, Almeida não faz nenhum comentário sobre o levantamento. Mas durante o trabalho é possível perceber que o médico se utiliza das moléstias que causaram a maior mortalidade no período traçado na estatística para descrever sobre o assunto.

Se por um lado vimos no Hospital de Caridade a preservação de características de um hospital não medicalizado, com o levantamento estatístico dos anos de 1862 a 1863, vemos sinais de uma medicina hospitalar. A tabela com 59 doenças diagnosticadas nos pacientes, com divisão dos meses do ano, nos indica uma técnica de identificação e nos apresenta o espaço hospitalar como um local de formação e acúmulo de saberes. Essa virada na utilidade de um hospital, segundo Foucault, direciona o espaço de saber médico, que até o século XVIII se encontrava nos livros de medicina e que era “em uma espécie de jurisprudência médica encontrada nos grandes tratados clássicos” (FOUCAULT, 1989, p. 105). Fazendo do hospital um espaço por excelência da formação médica.

O filósofo francês aponta que a disciplinarização do espaço hospitalar, que permite essa formação e acumulação de saberes, é limitada por um lado pelo indivíduo e por outro pela população. Pelo indivíduo devido ao fato que é este, de forma singular que é isolado, observado, conhecido e curado, é ele que é posto sobre um regime e se torna objeto de saber da prática médica. No âmbito da

---

<sup>30</sup> Tabela 5 “Quadro das quantidades de azoto, carbono e gordura que contem a ração de cada habitante”

<sup>31</sup> Tabela 6 “Quadro comparativo entre as reações normaes e as que lhes correspondem no Desterro”

<sup>32</sup> Tabela 7 “Obituário da Cidade de Desterro de 1° de julho a 30 de julho de 1863”

população, o espaço hospitalar é o que permite a condensação de uma grande quantidade de indivíduos, e é o registro obtido sobre eles, como feito pelo Hospital de Caridade, permite constatar os fenômenos patológicos comuns de toda uma população, dando um diagnóstico, o que foi feito em Desterro por Almeida.

### **c) Bibliografia e referências europeias no ensaio**

Contemplada a exposição dos dados estatísticos presentes no ensaio, ainda com o objetivo de aprofundar a discussão de como o conhecimento científico se desenvolve no trabalho de Almeida, foco agora na bibliografia utilizada por ele, que foi, em parte, base para a interpretação dos dados abordados anteriormente. Junto a isso, reflito sobre a situação desterrense e alguns casos da mesma circunstância na Europa, que foram utilizados pelo doutor, numa relação global da problemática local.

“Testemunhos de tal ordem tem muito peso, e se eu estivesse em erro, ao menos errava em boa companhia” (ALMEIDA, 1864, p. 5), essa é a frase utilizada por Ribeiro de Almeida após confirmar pela primeira vez a situação de insalubridade da ilha, que junto com a análise climática, reforça seus pontos junto a outros dois autores. O primeiro é o relato do militar francês Milliet de Saint-Adolphe no *Diccionario geográfico, histórico, e descriptivo do império do Brasil*, publicado em 1845 e o segundo, pelo Dr. Remedios Monteiro nos *Annaes de Medicina pública* em março de 1863, data próxima a divulgação do relatório, colocando a sua análise junto a outros autores pesquisadores da época.

Ribeiro de Almeida durante toda o trajetória do ensaio se utilizará de relatos; textos científicos como dicionários, tratados e manuais; e relatórios de estados para legitimar suas análises sobre a questão da salubridade na ilha, algumas vezes interagindo com os dados estatísticos apresentados anteriormente, outras vezes não.

No trabalho encontramos falas sobre a condição de higiene da capital como: “Capital se acha ainda em peiores condições do que o seo Município, chegando ate a haver quasi um nivelamento entre a vida e a morte, tendo já chegado a dar-se excesso de obitos sobre nascimentos” (ALMEIDA. 1864, p. 14) proferidas pelo ex-presidente da província da província pelo partido liberal Joao José Coutinho em

1854. Por outro lado, também conseguimos localizar falas no mesmo sentido através do também ex-presidente da província da província, agora pelo partido conservador Dr. Brusque (1864, p.25), que aponta que essa concepção sobre a questão da higiene da cidade atravessa os dois campos políticos, o que talvez da argumentação de Ribeiro de Almeida corrobore para colocar a sua problemática num campo acima da política, e que se aproxime a uma ideia de verdade. No entanto, como vimos anteriormente, essa discussão sobre a salubridade é um mecanismo de uma nova forma de política, a biopolítica.

Dentre as referências teóricas utilizadas por Almeida, os que aparecem com maior frequência são os tratados, vinculados em sua maioria à higiene. Entre eles estão: O *traite d'hygiene* desenvolvido pelo médico Michel Levy e divulgado em 1845; o diversas vezes citado no ensaio *Traite d'Hygienedes Grandes Villes*, de 1846, escrito por Jean-Baptiste Monfalcon; *Traité Des Substancesalimentaires* escrito em 1856 pelo químico e físico Anselme Player; *Traité Sur Les Gastralgies et lesentéralgies*, de J. F. T Barras, de 1844; e a segunda edição do *Traite de Fathologie Interne* escrito por Augustin Grisolle.

Além dos tratados, presentes em grande escala no relatório conseguimos localizar de forma recorrente referências a dicionários da época, como o caso do *Dictionnaire d'Hygiene Publique* de Ambrozio Tardieu já trabalhado anteriormente, mas também outros dicionários como o *Dictionnaire duDiagnosticMedicale* e o *Dictionnaire de la Conversation*. Saindo dos dicionários também conseguimos encontrar referências como a *Encyclopedia Moderna*, Manual de *Pathologia et Clinequemeicale*, o arquivo Generales de Medicine de Paris de 1862 e também menção a uma aula *Leçons Url Maladies de lapeau professés à l'hôpitalSt Louis* ministrado por Alfred Louis Philippe Hardy em 1860.

Esse diálogo com a bibliografia presente no ensaio serve para mostrar como as pautas levantadas por Almeida se relacionam com uma discussão muito utilizada para a época que ocorria na Europa. No entanto, o trabalho desenvolvido por Ribeiro de Almeida deve ser considerado, junto a um conjunto de levantamentos provinciais e estimativas populacionais que foram desenvolvidas pelo país anterior ao primeiro censo geral de 1872. Esse fato, dos dados nacionais serem recolhidos anteriormente a uma metodologia de censo pode levantar dúvidas sobre os seus resultados em comparação aos mesmos resultados apresentados na Europa, onde o censo já figurava nos trabalhos. Inserindo trabalho do nosso autor em uma chave,

a de “indivíduos notáveis, credenciados por sua experiência política e administrativa, além de seu conhecimento sobre as realidades locais” (CAMARGO, 2016, p. 219).

Em sua maioria, como visto, as referências bibliográficas apresentadas pelo autor são francesas, junto a isso foi possível identificar que boa parte dos exemplos utilizados para comparar e projetar a Capital, eram elaborados sobre os modelos franceses como vamos apresentar alguns casos por aqui. Mas ao retomarmos a questão da mortalidade como indicativo da insalubridade de uma cidade, o autor se utiliza de percentual de mortos da cidade do Rio de Janeiro (2,2%), Marselha (3%) e Inglaterra (2,3%) para comparar a Desterro com seus 5,3%. Esse percentual de mortalidade, segundo o autor, não se encontraria em nenhuma cidade civilizada do mundo e que a cidade do Rio de Janeiro, por muito menos era taxada de insalubre (ALMEIDA, 1864, p.16) Desterro, mesmo com relatos já citados gozava da imagem de um lugar paradisíaco, o que se formos pensar, pode ser muito melhor contra argumentando a partir dessa estatística populacional que compara Desterro a outras cidades com o mesmo parâmetro.

No período de escrita do relatório o tempo médio de vida em Desterro era de 26 anos. Ribeiro de Almeida utiliza essa expectativa média de vida para fazer uma comparação com a França, onde se estimava a mesma estimativa cem anos antes e que após “conhecer o mal em toda a sua extensão” (ALMEIDA, 1864, p.17), no caso se referindo às condições de higiene, remediando quando possível e esclarecendo a população “ignorante” sobre as leis em vigor, conseguiu aumentar a idade média de sua população. É munido dos dados de óbitos e batismos, estipulando a média de vida e o crescimento populacional e concomitante a isso, refletindo sobre a ação dos sujeitos em coletivo e em um espaço compartilhado, sobre intervenção dos seus agentes e das condições da natureza, que o autor afirma que se pode remediar o “mal em toda a sua extensão” (ALMEIDA, 1864, p.17).

Frente à diferença centenária, Ribeiro sugere como ações para coibir a alta taxa de mortalidade seguir o mesmo que se fez na França (1864, p.17). Para o autor solução: esclarecer a população ignorante, fazer cumprir as leis municipais, realizar obras de saneamento como dissecar pântanos, e canalizar o abastecimento das águas na cidade. Essa estimativa corroborou no argumento do médico ao remeter a baixa expectativa de vida em Desterro e o avanço nas reformas urbanas na França, junto a um esclarecimento da população e fiscalização das leis, de que a

salubridade de um lugar estava diretamente vinculada com a civilização e o progresso.

As estratégias de quantificação da população foram desenvolvidas na Europa para responder às demandas que os estados europeus estavam passando no processo de modernização. No entanto, ao pensarmos os estados coloniais, como o Brasil, essas tecnologias de quantificação vem ao encontro da consolidação das formas institucionais do estado-nação, como as estatísticas, sendo “vistas como verdadeiro passaporte para a civilização” (CAMARGO, 2016, p.21)

Para Camargo (2016, p.102) a forma institucional do estado-nação, assim como as tecnologias de governo são desejadas a partir da segunda metade do século XIX pelos países que ocupam uma posição marginal no sistema de estados, como o Brasil. É nesse mesmo momento que “emerge o internacionalismo científico e estatístico, estabelecendo critérios objetivos para classificar e comparar o desenvolvimento dos países [...] que referenciavam todos os participantes em um espaço de medida comum” (2016, p.102). Essa forma moderna e liberal, por um lado produzia e performava a hegemonia dos países europeus, ao mesmo tempo que nos países de passado colonial por apresentar uma medida comum que tornava “objetiva e superável a distância, antes abissal e intransponível, que existia em relação às suas antigas metrópoles” (2016, p.102). A comparação entre os países se apresentava através dos indicadores de desenvolvimento que representam o progresso moral e material de um estado.

Na intenção e melhor elucidar esses indicadores de desenvolvimento volto a uma comparação que Almeida em seu relatório fez com a França, tendo o foco na quantidade de água que era estimada por habitante:

“Na opinião de Monfalcon e de Polinière para cada habitante são apenas suficientes 10 litros (2 e meia medidas) por dia “Souscerapportle luxe c'estlenecessaire” dizem ellea. Notese que é em referencia ao clima da Fransa e particularmente ao de Lyon que ellesfixãoaquelleminimum; em Santa Catharina, onde a temperatura é mais elevada, maior deveria ser o consumo d'agua. Dou, porem, de barato que se adopte aquella base; calculando agora com os 7:000 habitantes (numero de que me servi, para avaliar a proporção da mortalidade), ve-se que seriam precisas por dia 129,6 pipas d'agua, alem d'aquella que deve ser dispendida na enfermaria militar e quartel, a qual sobe a 18,5 pipas diariamente, calculando com 1:000 praças pouco mais ou menos, incluidos os doentes.” (ALMEIDA, 1864, p. 22)

O referencial teórico utilizado por Ribeiro de Almeida é o *Traite d'Hygiene des Grandes Villes*, trabalho desenvolvido pelo médico francês Jean Batiste Monfalcon. O tratado que se propôs a discorrer sobre o saneamento nas grandes cidades está preocupado em indicar os fundamentos e as condições que prejudicam a saúde entre as “grandes aglomerações de homens” (MONFALCONE, 1846, p.5). A busca por essa resposta se fazia com base nas ciências físicas e químicas, e para o autor, a importância do trabalho deveria se estender a todos, não necessariamente a médicos ou categorias vinculadas à saúde, mas tinha em especial os “prefeitos, [...] membros conselhos municipais e todos os funcionários públicos cujo o cargo é zelar pela conservação da saúde pública” (MONFALCONE, 1846, p.5), portanto sendo uma atribuição do Estado que atravessaria os membros da sociedade.

Frente a essa análise sobre a quantidade de água ideal que deveria ser consumida por habitante, Ribeiro de Almeida busca afirmar que o desenvolvimento de uma cidade estaria vinculado à quantidade de água que ela pode suprir, sendo assim um indicador de desenvolvimento, defendendo que a solução para Desterro seria o encanamento dos riachos como apresentado anteriormente (ALMEIDA, 1864, p.27).

Os indicadores de desenvolvimento só são compreendidos dessa forma a partir do momento em que os dados apresentados pelas estatísticas são interpretados e inseridos em um sistema global com critérios objetivos, que ao serem comparados com outros países se aproximam ou afastam deles. A estatística é um domínio do conhecimento, que aplicada no campo das relações internacionais permite um saber de cada estado: qual é a população, quais os recursos naturais, qual sua produção. Com bem pontua Foucault “A estatística é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 474).

A função do estado moderno seria gerir a população, e por meio do domínio estatístico isso seria possível. O objetivo dessa nova forma de gestão do estado será enquadrar os fenômenos naturais de modo com que eles não se desviem, como vimos na proposta recém citada de encanamento dos riachos, mas também a circulação dos ar, dos alimentos, a prevenção de epidemias e o controle das endemias. Frente a isso, o filósofo francês aponta que são instituídos mecanismos de segurança (2008, p. 474).

Na teoria foucaultiana entende-se por segurança a inserção de um fenômeno, como a natalidade, mortalidade, saúde, em uma série de acontecimentos

prováveis calculando e limitando o que seria aceitável ou não, estipulando uma média considerada ótima para depois estabelecer os limites do aceitável. O objetivo da segurança, portanto, não seria trabalhar com perfeição, mas sim com a maximização dos pontos positivos, assim diminuindo os riscos. Vamos utilizar os casos das endemias, complicações de saúde que ocorriam de forma sazonal todos os anos, o mecanismo de segurança não teria como suprimir a questão, mas pode através dos levantamentos estatísticos ter dados materiais que possam diminuir sua incidência. Por isso se trabalha com quantidades “que são relativamente compreensíveis, mas que nunca o são totalmente. Isso nunca pode ser anulado, logo vai-se trabalhar com probabilidades” (2008, p.26).

A segurança se preocupa em criar um ambiente em que é possível esperar uma série de situações, de acontecimentos, variáveis. Por existir a possibilidade de que algo possa vir a acontecer é preciso que se regularize, nos mecanismos de segurança se trabalha num contrato de multivalentes onde se busca projetar o futuro. Foucault reforça que “o espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado” (2008, p.27), portanto o problema da cidade está no centro do mecanismo de segurança.

Entre o final do século XVII e início do século XIX a cidade começa a ser integrada aos mecanismos centrais para o poder, cidade como lugar onde a população e o meio<sup>33</sup> interagem, tornando ela o primeiro problema, antes mesmo do território. Os mecanismos de segurança são a forma com que se exerce o poder na cidade, é ela que legitima o governo. (2008, p. 84). O poder vai se exercer sobre a cidade segundo Foucault da seguinte maneira:

“não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados.” (2008, p.84)

Agora, não é mais a segurança do príncipe e do seu território e sim a segurança da população e dos que a governam. Os mecanismos de segurança não agem na proibição, mas sim na delimitação dos fenômenos, buscando-se ter o

---

<sup>33</sup> O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem

conhecimento do todo e de suas variáveis delimitando que é aceitável. É com base no conhecimento científico e na sua configuração nas estatísticas que é possível governar sobre a população.

## CONCLUSÃO

Até então, por meio da análise do *Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro*, buscamos apresentar alguns conceitos que integram a teoria geral de Estado de governo desenvolvida por Foucault em *Segurança, território, população*. Em um todo, estado de governo ou governamentalidade é um conjunto de mecanismos que permite exercer uma forma de poder que tem como alvo a população, como principal forma de saber a economia política e como instrumento técnico os dispositivos de segurança.

Frente esse cenário da teoria foucaultiana, e agora retomando a discussão do ensaio de Ribeiro de Almeida busco apresentar a discussão sobre civilidade e progresso que foram caras tanto na pesquisa desenvolvida pelo médico militar como, em um geral, para a monarquia da segunda metade do século XIX, e que também são alvos discursivos dos estados modernos onde a governamentalidade se apresenta como regime. Durante a pesquisa sobre a trajetória de Ribeiro de Almeida, tanto na sua estadia em Desterro, como anterior e posterior a ela, conseguimos levantar informações que corroboram para uma interpretação da proximidade do médico com o aparato estatal monárquico. No entanto, a relação que foi identificada está muito mais vinculada à importância que a ciência – na figura de Almeida – ocupa no período monárquico, do que uma afinidade em si com algumas figuras de influência política no regime. É importante lembrar que o trabalho do médico, mesmo que divulgado como ensaio, teve em seu objetivo inicial ser desenvolvido como um relatório de Estado, encomendado pelo Presidente da Província.

A ciência no período monárquico tem grande prestígio ao se relacionar com a construção de uma ideia de Brasil novo frente aos países europeus, buscando se contrapor a uma concepção de um país selvagem do regime colonial. Lilia Schwarcz em *O espetáculo das raças*, aponta que a imagem construída é de um lugar moderno, industrializado, civilizado e científico (1993, p. 34). O ideário científico difundido nas cidades brasileiras, e não diferente como pudemos ver em Desterro, em sua devida proporção, se vincula à higienização e saneamento do espaço urbano.

Projetos como a inauguração do cemitério público, que concentrava as

emanações mefíticas em um lugar embasado na teoria miasmáticas; a construção do primeiro mercado público e a reorganização do comércio local, assim como as estratégias de fiscalização da qualidade dos alimentos; o aterro e calçamento de ruas centrais com o intuito de facilitar a circulação da população e mercadorias; a criação de leis que proibiam a lavagem em determinados riachos, assim como o escoamento de pântanos e lamaçais no intuito de evitar a propagação de miasmas, são demonstrativos de uma nova racionalidade que começa a disputar espaço na capital catarinense e que vai desembocar nas reformas urbanas no século posterior, sendo a base desses projetos uma preocupação com a segurança da população, com a circulação dos corpos mas também das mercadorias.

No último terço da monarquia no século XIX, segundo Azevedo (2003, p.28) é possível identificar no regime o seu caráter como entidade legitimadora e responsável da nação através da ideia de civilização e progresso, sendo o progresso uma forma subordinada à civilização, e esta o valor máximo a ser exaltado. O conceito de civilização na monarquia teve sua primeira interpretação vinculada à palavra francesa “civilisation”, de meados do século XVIII, que sugeria a unificação das ideias de polidez e de governar. O conceito de civilização se insere no contexto de afirmação e expansão das ideias iluministas, como o progresso material e o desenvolvimento histórico.

Azevedo, ao aprofundar o sentido do termo “civilização” o define como a expressão da consciência que o ocidente tem de si mesmo, uma auto percepção (2003, p. 31). O saber conhecimento ou o saber científico como aquele que só pode ser concebido como a forma de saber por excelência no momento em que o sujeito é posto como a medida de compreensão da realidade, tanto o conhecimento científico como a civilização são os agentes privilegiados de um desenvolvimento histórico que conduz o mundo ao melhor, governada pela razão. Vinculando, dessa forma, a civilização ao conhecimento científico.

A ideia de conduzir a um mundo melhor, objetivo da civilização, está vinculado a um caráter de movimento, o que Foucault também aponta como uma função do governo moderno, que tem como objetivo a condução. Governar para o autor francês seria restringir ações negativas e facilitar ações tratadas como positivas, seria estruturar o campo de ações eventuais dos atores, de ações possíveis (2008, p. 39). O ideal de civilização seria padronizar

determinadas condutas como aceitáveis, condicionando o comportamento dos sujeitos. O que observamos dentro do trabalho de Almeida, que mesmo que não restrinja na prática, faz uma crítica geral à gestão de Desterro e à conduta dos indivíduos, de um lado propondo alterações físicas no espaço urbano e em outro a fiscalização de comportamentos individuais. Ao que tudo indica, essa necessidade de padronização ganha intensidade com o crescimento das cidades e o aumento da população, com a transição das formas de trabalho do escravismo para o livre “onde se desenvolveram os códigos de postura urbana, justificados pelo ideal de confecção de uma cidade civilizada” (AZEVEDO, 2003, p.32). Ribeiro de Almeida nos apresenta a seguinte definição de cidade:

“É inquestionável que os homens se reunirão para apresentar-se mutuo auxilio; que eles associarão-se para entregar-se as artes, as sciencias e ao commercio. D’ahi o ser colectivo que se chama Cidade, o qual tive de um modo particular em condições, que não podem ser alteradas sem que se lhes sigão graves danos. Nesse ser colectivo três grandes interesses estão em contacto: saúde publica, a propriedade e a indústria” (ALMEIDA, 1864, p. 1)

Essa concepção de cidade parte da ideia de “mutuo auxilio” entre os habitantes, tendo o espaço de convívio coletivo integrado por interesses individuais que são apontados por Almeida como a arte, a ciência e o comércio. No entanto, esses sujeitos individuais na cidade compartilham de interesses coletivos: saúde pública, propriedade e indústria, que são de preocupação de todos, e que por sua vez reforça a necessidade de um Estado que defenda o direito de todos. Almeida estipula que “os homens têm o direito comum de salubridade, direito inviolável de cada um ao gozo inteiro e perfeito das condições de vida” (ALMEIDA, 1864, p.1)

“A indústria, marchando sempre com o desenvolvimento cada vez mais rápido e admirável das sciencias Physicochimicas tem contribuído poderosissimamente para o progresso e bem estar da espécie humana, por meio de seus miraculosos inventos. Sem elles, nao haveria hoje Cidade possível” (ALMEIDA, 1864, p.2)

Para o autor a ideia de desenvolvimento e progresso vinculada à industrialização só poderia ocorrer na dinâmica “rápida” com que ocorre devido a sua relação com o desenvolvimento das “scienciasPhysicochimicas” e só assim poderia haver, no período da escrita da fonte, uma cidade viável. Dessa forma, o que justifica o conhecimento científico como saber por excelência é o progresso.

A cidade, para além de ser um espaço privilegiado de desenvolvimento urbano, da polidez, de cultura e ciência, também é vista como o espaço por excelência do progresso. Essa ideia que foi se fortalecendo durante o século XIX decorrente do desenvolvimento tecnológico da segunda revolução industrial. O progresso é caracterizado pelo “desenvolvimento técnico”, da tecnologia, da industrialização e de todo desenvolvimento material daí decorrente” (2003, p.44), o que sua vez gera um sentimento de orgulho nacional que atinge outros estratos da sociedade que não são as elites econômicas.

Na segunda metade do século XIX o ideal de progresso material da humanidade chegava a um ponto em que “uma vez que a ideia de progresso, enquanto desenvolvimento material era percebida como um movimento irresistível, que tenderia sempre a conduzir a humanidade a avanços intermináveis” (2003, p.46), passava ser entendido como o motor da civilização, se propagando pela ciência e indústria.

As palavras “progresso”, “evolução” e “desenvolvimento” estavam no mesmo escopo de significado durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, indicavam melhoria, tanto intelectual, como moral e político-social. Já na segunda metade do XIX a ideia de progresso orbita principalmente na ideia de desenvolvimento material, sem deixar de lado as ideias de desenvolvimento moral, político-social e intelectual.

Posterior a publicação do Ensaio, nas últimas décadas do século XIX, há uma contestação da figura política do Imperador e à sua função como poder moderador, que já não eram mais suficientes para unir a diversidade de interesse em torno da Coroa. Nessas últimas décadas do Império há um movimento por parte da coroa em refazer-se como o elo que une os diversos segmentos da sociedade, para isso era importante que se preservasse com a imagem de neutralidade política e que centralizasse os diversos interesses numa causa pública de construção de um futuro nacional onde o Brasil se aproxima dos países ocidentalizados. É nesse período que o primeiro Censo é desenvolvido sendo base para a comparação com outros Estados nacionais.

A estratégia utilizada pela coroa se construiu no plano simbólico, pois seria mais sutil e causaria menos riscos na conquista da hegemonia política do que entrar no campo político institucional. A ideia de civilização que foi o projeto da monarquia nos primeiros anos do segundo reinado já não conseguiam suprir

a necessidade de coesão política da sociedade brasileira. Era necessário uma nova estratégia de legitimação simbólica para recompor a imagem de “justo juiz” que o Estado imperial desenvolveu anteriormente, mantendo os princípios de neutralidade e universalidade.

O objetivo da Coroa era se apresentar como pertencente a algo maior, nessa lógica, podemos fazer uma relação com a monarquia absolutista que se apoiou na ideia de um “direito divino”, desse modo posicionando a monarquia brasileira em um patamar superior à vontade humana. Azevedo aponta que esse projeto teria o caráter de colocar a monarquia como algo moderno sem “comprometer os fundamentos de sua legitimidade tradicional” (2003, p.88). O que se resumiu na ideia de ciência como neutralidade, e no progresso essa vinculação com um algo maior. O estado monárquico nos seus últimos anos buscou se posicionar como justo juiz através do saber científico, se colocando como delimitador dos mecanismos de segurança.

Chego nas considerações finais desta monografia. No trabalho busquei analisar sob ótica da governamentalidade, como a população em Desterro através do discurso científico passou a ser compreendida. Partindo da análise das condições naturais da Ilha levantadas por Ribeiro de Almeida, autor do ensaio base para este trabalho, busquei frisar a relação que começava a estabelecer entre natureza e população, ligação cara essa para Foucault, referencial teórico fortemente utilizado. A análise da fonte possibilitou compreender a relação entre natureza e população sob o viés técnico-científico exaltado pelo médico militar durante a sua pesquisa, desembocando assim em uma nova compreensão de espaço urbano, que embasado na teoria foucaultiana reposiciona a função do Estado como aquele responsável pela circulação e vida da população.

O principal objeto de análise desta monografia foram as estatísticas, que dão materialidade para as teorias apresentadas por Almeida no decorrer do ensaio. É frente a essa análise dos dados da realidade que é possível compreender a população e sua relação com os fenômenos naturais que atravessam a vida dos sujeitos. Portanto sendo essa a forma de conhecimento por excelência na qual se articula o poder do estado de governamentalidade.

Esta monografia é uma revisão de fonte, que já foi trabalhada anteriormente, tanto na dissertação de mestrado de Hermetes Reis de Araújo, como também nos trabalhos de Sandra Oenning da Silva e Carla Laner Garcia,

abordando pontos em sua escrita que ajudaram a pensar o desenvolvimento das relações sociais em Desterro e a produção científica no XIX. Com isso, neste trabalho busquei debater pontos que ainda não haviam sido aprofundados nas pesquisas anteriores, o que reforça a importância da revisitação de uma fonte, indicando que as possibilidades de compreensão dos fatos não se esgotam e estão sempre sujeitas a interpretação e reinterpretação. Além do mais, o contexto atual, de pandemia e de ataque ao saber científico, colocam sob um outro ângulo a análise do trabalho desenvolvido no século XIX.

## ESTATÍSTICA

Tabelas estatísticas presentes no Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro. Pelo doutor João Ribeiro de Almeida. Santa Catharina. 1864

**Tabela 1**

Da população da província por Municípios nos anos seguintes						
Municípios	Anno de 1852	Anno de 1853	Anno de 1855	Anno de 1856	Anno de 1858	Anno de 1859
Capital	20.555- 23%	20.912- 24%	19.923- 20%	20.022- 19%	22.188- 18%	23.060- 17%
Laguna	18.975- 21%	16.402- 19%	22.888- 22%	23.031- 22%	30.408-24%	31.613- 24%
S. José	14.362- 17%	15.349- 17%	15-190- 15%	16.711- 15%	19.253-15%	20.014- 15%
S. Francisco	10.479- 11%	10.643- 12%	14.837-14%	13.718-12%	16.086-13%	16.821- 13%
Porto- Bello	8.915- 10%	9.912- 11%	10.641- 10%	12.294-11%	14.215-11%	14.776- 11%
S. Miguel	8.611- 10%	8.659- 10%	12.177- 12%	11.718-11%	13.555-11%	14.092- 11%
Lages	5.040- 5%	5.213- 6%	5.913- 5%	6.490- 6%	7.128-5%	7.411- 5%
Província	86.937	87.090	101.569	104.984	122.833	127.786

ALMEIDA, 1864, p. 06.

**Tabela 2<sup>34</sup>**

Estatística da Província de Santa Catharina no anno de 1860							
Municípios	População	Nascimentos	Obitos	Excesso dos batizados sobre os obitos	Mortalidade Porcentagem	Relação de população para a província porcentagem	Proporção do crescimento de cada Municipio
Da Capital	19.945	278	257	21	3.9%	17%	0.3%
Capital(Restodo Municipio)		549	352	197	3.1%		1.*%
S. Francisco	17.476	498	227	271	1.2%	15%	1.5%
S. José	15.699	487	164	324	1.1%	13%	2.*%
Porto- Bello	12.540	490	141	349	1.1%	10%	2.7%
S. Miguel	9.965	345	137	208	1.4%	8%	2.1%
Laguna	33.452	1.074	350	724	1.*%	29%	2.1%
Lages	5.820	883	70	313	1.2%	5%	5.*%
Toda a Província	População geral	Dita Livre	Dita escrava	Homens	Mulheres		
	114.597	98.281	16.316	56.822	57.775		

ALMEIDA, 1864, p. 09.

<sup>34</sup> O símbolo (\*) correspondo aos espaço não legíveis na fonte

Tabela 3

Mapa da População em 1862, e seu movimento por município							
Municípios	População	Baptisados	Obitos	Obitos em relação a população	Batismo em relação a população	Mortalidade Porcentagem	Crescimento Porcentagem
Capital	6,333	264	224	1:28	1:26	3,5%	0,3%
Resto do município	14,783	544	372	1:39	1:27	2,5%	1,1%
Todo o Município	21,136	808	596	1:32	1:26	2,8%	0,9%
S Jose	19,200	391	191	1:100	1:46	0,9%	1,*%
S. Miguel	10,481	297	88	1:109	1:26	0,8%	2,*%
S. Sebastião	10,779	451	175	1:61	1:23	1,6%	2,6%
S. Francisco	15,403	405	196	1:78	1:38	1,2%	1,4%
Itajahy	8,896	379	76	1:117	1:23	0,8%	3,4%
Laguna	39,788	1,054	430	1:92	1:37	1,*%	1,5%
Lages	9,347	375	33	1:283	1:24	0,3%	3,6%
Toda a provincia	135,032	4,142	1,785	1:75	1:32	1,3%	1,7%

ALMEIDA, 1864, p. 13.

Tabela 4

Estatística do Hospital de Caridade durante os 10 ultimos annos				
Annos	Numero dos que se tratarão durante o anno	Numero de mortos	Proporção da mortalidade	Proporção geral da mortalidade
1854	272	60	21%	(
1855	262	41	15,5%	(
1856	282	80	28,3%	(
1857	292	50	17,7%	(
1858	245	46	18,7%	( 18%
1859	287	46	16,*%	(
1860	265	39	14,7%	(
1861	311	50	16,*%	(
1 semestre de 1862	158	24	15,*%	(
1 de junho de 1862 a 30 de junho de 1863	263	45	17,*%	(

ALMEIDA, 1864, p. 15.

Tabela 5

Quadro das quantidades de azoto, carbono e gordura que contem a ração de cada habitante					
Substancias alimentare	Quantidade das mesmas	Quantidade das ditas avaliada em grammas	Quantidade de azoto avaliada em grammas	Quantidade de carbono avaliada em grammas	Quantidade de gordura avaliada em grammas
Came fresca (deduzindo-se 1/5 de ossos; Payen)	6 onças e 3/8	204	6,50	23,80	4,30
Pão	3/8	125	1,30	37,00	1,50
Feijão	4 onças	112	4,36	49,50	0,30
Farinha <sup>12</sup>	3 1/2 onças	500		133,15	
Leite	1 libra	23,2	0,15	1,76	0,82
Came secca	5/7 de onça	16	1,42	5,20	0,80
Arroz	1/2 onça	64	0,70	27,50	0,51
Assucar	2 onças	57		23,00	
	1 4/5 onças				
Somma	2 libras, 2 onças 7/8	1:101,2 grammas	Grammas 14,43	Grammas 300,91	Grammas 8,23

ALMEIDA, 1864, p. 35.

Tabela 6

Quadro comparativo entre as reações normaes e as que lhes correspondem no Desterro								
Rações	Do homem		Da mulher (72%)		Do menino (57%)		Do velho (62%)	
	Azoto	Carbono	Azoto	Carbono	Azoto	Carbono	Azoto	Carbono
Normaes	20,00	310	14,40	223,4	11,4	176,7	12,4	192,2
Em St Catharina	18,95	428	13,64	310,8	10,8	242,5	11,7	265,8

ALMEIDA, 1864, p. 36.

Tabela 7

Obituario da Cidade de Desterro de 1º de julho á 30 de julho de 1863												
Nomenclatura das melestias	Numero de falecimentos, segundo os anos e mezes seguintes											
	1862						1863					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Abcesso diffuso								1				
Amolecimento de cerebro						1	2				3	
Aneurisma cardíaco			1									
Angina pharyngiana										1		
Apoplexia	2	2		2	1	2		1	4	1	1	
Aphtas	1											
Arterite										1		
Asphyxia por submesão				1								
Asthma												1
Bronchite					1				1			
Cachexia popusa										1		
Cancro		1						1				
Catelepsia					1							
Catharro chronico				1								
Convulsões	1			3				2				
Congestão cerebral		1		2		1						1
Consumpção			1	1			2	5		2		

Coqueluche								11	16	17	5	4
Cystite					1		1					1
Croup	1					1						
Diarrhea			2		1	2	3	2	3	1	2	
Dysenteria							2	3			1	1
Eclampsia das creanças										1		3
Eczema					1	1						
Endocardite						1						
Epilepsia		1										1
Febre pernicioso	2					1	1					
Febre typhoide		2			1			2			1	1
Gastrite						1			1			
Gastro-Enterite	2	3		4	1	4	5	1	3	7	3	1
Gangrena									1			
Hepaatite					1		2					
Hernia					1	1	1		1			
Hydropisia	2	1		6				2		1	2	3
Hydrocephalo	2											
Hydro-thorax			2			1	1					
Hypertrophia	1										1	
Hemoptisia												1
Ictericia					1							
Morte Subita			1		3	1					2	
Meningite	1			1						1	4	3
Morphea	2			1				1				

Nascidos Mortos			1		1	1						
Ophthalmia purulenta				1								
Paralysis			1				1					
Parto	1					1						
Pleuro-pneumonia				1						1	5	1
Pneumonia												1
Queimadura	1							1				
Rheumatismo						1					1	
Sarnas	1											
Syphilis constitucional						1						
Tetano									1			
Tetano dos recém-nascidos				1	1	2	2		2	1		1
Tuberculos mesentéricos							1		1			
Tuberculos Pulmonares	3	1		1		2	4	5	1	1	3	4
Variola			3	7	1	1						
Velhice	1						1					1
Vermes	2						4	1	2	2	1	3
Sem declaração de moléstia	3			1		1		1	1		1	
Somma	29	12	12	34	17	27	32	42	39	39	36	32

ALMEIDA, 1864, p. 54-56..

## FONTES

ALMEIDA, João Ribeiro de. **Ensaio sobre salubridade, estatística e pathologia da ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro**. Nossa Senhora do Desterro, 1864, in: CARNEIRO, Almirante Carlos da Silveira. Enciclopédia de Santa Catharina, vol. 13. (cópia datilografada – Setor de obras raras – Biblioteca Central – UFSC).

Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Ata da Sociedade Patriótica Catarinense. 6ª sessão do Conselho, em 29 de abril de 1832

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - do problema a solução 1877-1922**. Dissertação (mestrado em História) Unicamp, Campinas, 1988.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História). PUC- São Paulo. 1989.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Livro VI. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 1996.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Tese (Doutorado em História social da cultura). PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2003.

BASTOS, José Messias. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos. Ensaios sobre Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 2000.

BÉGUIN, François. **As maquinarias inglesas do conforto**. Espaço e debates, v. 34, p. 39-54, 1991.

BISSIGO, Diego Nones. **A eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos a estatística no Brasil Imperial e a produção do recenseamento de 1872**. 2014.

BISSIGO, Diego Nones. **O censo e as nações: os africanos nos levantamentos populacionais no Brasil do século XIX**. Monografia de conclusão de curso. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1898. v.4.

CABRAL, Oswaldo R. **Os Açorianos**. Florianópolis, 1951.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção Açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **A formação social da primeira elite senhorial e política da Ilha de Santa Catarina, 1700-1730**. Monografia (Graduação em História). UFSC. Santa Catarina, 2009.

CESCO, Susana. **Floresta, Agricultura e Cidade: transformações ambientais e sociais na Ilha de Santa Catarina no século XIX**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

CHALHOUB, Sidney, **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**, 2 eds. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Entrevista** (entrevistadores: Atílio Bergamini, Eliete Lucia Tiburski e Icaro Bittencourt). AEDOS, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9823/5628> Acesso em 20 de janeiro de 2022.

DE SOUZA, Lucas Melo Borges; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Biopolítica e Governamentalidade na Belle Époque Carioca: alguns apontamentos iniciais sobre o controle médico da população e do espaço urbano. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 2016.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. In: **Educar em Revista**, v. 21, n. 25, p. 59-73, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **La verdad y las formas jurídicas**. México, Gedisa. 1968.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Sabotagem, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

GARCIA, Carla Laner. **Emanações perniciosas moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro (1831-1864)**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Santa Catarina. 2006.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis.1981.

KLAUCK, Aline Gabriela. **Água, fontes e aguadeiros o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (Século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LABBÉ, Jean. Ambroise Tardieu: The man and his work on child maltreatment a century before Kempe. **Child abuse & neglect**, v. 29, n. 4, p. 311-324, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz et. al. **Inventário**: Enciclopédia de Santa Catarina do Almirante Carneiro. Trabalho não publicado, 1992.

MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz; CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. Capítulo 1: O tráfico de escravos e as fases da presença africana na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Editora da UFSC, 2013.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil**. Pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica**: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH. São Paulo, 2011

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. Revista Outubro, n. 14, 2º semestre, 2006.

MAUCH, Claudia. **Porto Alegre na virada do século XIX: Cultura e sociedade**. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1994.

MONFALCON, Jean Baptiste; DE POLINIÈRE, Augustin Pierre Isidore. **Traité de la salubrité dans les grandes villes, suivi de l'hygiène de Lyon**. J.-B. Baillière, 1846.

OLIVEIRA, Henrique Pereira. **Os Filhos da Falha: Assistência aos expostos e remodelação de condutas em Desterro (1828-1887)**. Dissertação (Mestrado em História). PUC-São Paulo. São Paulo, 1990.

OLIVEIRA, Paula Maria de. **Hospital de São Sebastião (1889-1905): um lugar para a ciência e um lazareto contra as epidemias**. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

POSSAMAI, Paulo César. **De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, 2010.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo social, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995.

RAGO, Margareth. **As marcas da pantera Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea.** Anos 90, v. 1, n. 1, p. 121-143, 1993.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica:** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. .

SCHAFASCHEK, Rosicler. **Educar para civilizar e instruir para progredir:** Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC. Florianópolis, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças:** ciência, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Sandra Oenning da. **Prevenir, minorar e combater o terrível flagelo:** Febre Amarela (Desterro – 1880). Monografia (Graduação em História) UFSC. Florianópolis. 2009.

SILVA, Velôr Pereira Carpes da. **A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas:** Desterro (SC), 1857-1889. Dissertação (Mestrado em História). UFSC. Florianópolis, 2002.

TARDIEU, Auguste Ambroise. **Dictionnari d'hygyene** 1 Vol. 1852.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.